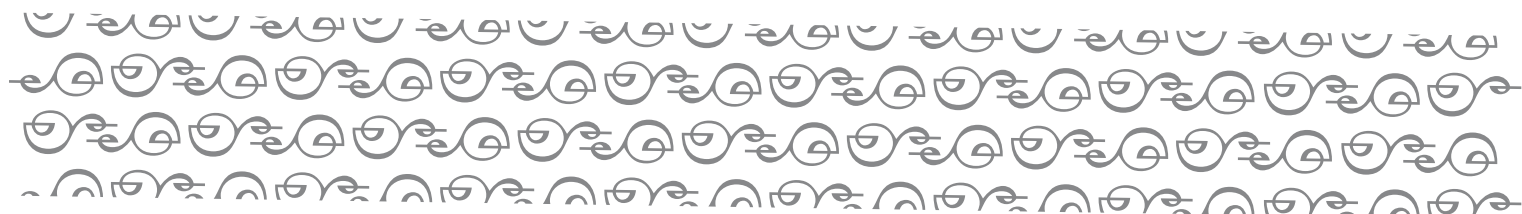


<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

SANDRA REGINA SOARES MARTINS

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília
2012

SANDRA REGINA SOARES MARTINS

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor como parte da avaliação do Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar.

Orientadora: Sylvia Maria da Fonseca

Brasília
2012

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: __/__/__

Martins, Sandra Regina Soares.

Representação feminina na Câmara dos Deputados [manuscrito] / Sandra Regina Soares Martins. -- 2012.
82 f.

Orientador: Sylvia Maria da Fonseca.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2013.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Mulher na política, Brasil. 3. Representação política, Brasil. I. Título.

CDU 396.9(81)

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Monografia – Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar

2º Semestre de 2012

Aluna: Sandra Regina Soares Martins

Banca Examinadora:

Sylvia Maria da Fonseca

Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes

Brasília, 3 de dezembro de 2012.

Dedico este trabalho aos meus familiares que sempre estiveram presentes em todos os momentos importantes de minha vida.

Agradecimentos

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Sylvia Maria da Fonseca, e à Professora Ana Lúcia Henrique T. Gomes pela participação na banca examinadora.

*“Todas as vitórias ocultam uma
abdicação” (Simone de Beauvoir)*

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para o debate atual em torno de questões que visam ao crescimento e ao fortalecimento da representatividade feminina parlamentar em nível nacional. Com base na revisão da literatura sobre a história da mulher, sobre o gênero e sobre o poder simbólico, busca-se verificar que possíveis fatores podem ser limitadores à ampliação dessa representatividade após a edição da Lei nº 9504/1997 e da Lei nº 12.034/2009. Parte-se do fato de que a bancada feminina na Câmara dos Deputados representa apenas 8,77% de um universo de 513 parlamentares e analisam-se as referidas leis, descrevendo-se, como exemplo, o perfil das eleições de 2006 e de 2010 e o contexto que envolve o universo feminino do ponto de vista material e simbólico.

Palavras-chave: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Representação Política, Mulher.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CIDADANIA DA MULHER: A LONGA TRAJETÓRIA ATÉ A CONQUISTA	12
1.1 A luta por cidadania ganha contornos.....	15
1.1.1 O feminismo emerge.....	17
1.2 Feminismo e sufrágio no Brasil.....	18
1.2.1 Cidadania moderna.....	21
1.2.2 Constituição cidadã e direitos da mulher.....	23
2 RELAÇÕES DE PODER E QUESTÕES DE GÊNERO.	26
2.1 Poder e símbolo	27
2.2 Gênero e símbolo	30
3 DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA	34
3.1 Democracia.	34
3.2 Representação política.....	35
3.3 Análise das Leis 9.504/1997 e 12.034/2009	45
4 PERFIL DAS ELEIÇÕES DE PARLAMENTARES EM 2006 E 2010.....	49
4.1 Eleições 2006 e 2010.	50
4.1.1 Eleições de 2010.....	53
4.2 Considerações em torno de possíveis fatores limitantes à ampliação da representatividade feminina parlamentar em nível nacional.....	57
4.2.1 Fatores materiais e específicos.....	57
4.2.2 Fatores simbólicos e gerais.....	59
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A representação feminina, no Parlamento brasileiro, somente foi registrada no ano de 1933, com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, cuja finalidade era a elaboração do texto da Constituição de 1934. Elegeu-se, pela Chapa Única de São Paulo, a médica Carlota Pereira de Queiroz, que participou dos trabalhos dessa assembleia integrando a Comissão de Saúde e Educação. Dentro do Parlamento, coube-lhe tarefa árdua como pioneira na tribuna política: a defesa dos interesses femininos (ORIA, 2004). No entanto, a efetivação da igualdade entre homens e mulheres, em termos de direitos e de obrigações, apenas foi contemplada na Constituição de 1988.

No período democrático, após a Constituição de 1988, a normatização dos direitos femininos se consolidou. Entre as normas alicerçadas nessa Carta de 1988, destaca-se a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que dispõe sobre as normas de eleição estabelecendo, no seu art. 10, que os partidos ou as coligações devem reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo. A Lei nº 12.034/2009, por sua vez, alterou a redação dessa Lei das Eleições, reforçando seu conteúdo ao tornar obrigatório o preenchimento das vagas para mulheres. Alterou, ainda, o texto da Lei nº 9.096/95 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) e, além de estimular a igualdade participativa de homens e de mulheres na política e de estabelecer programas de promoção e de difusão da participação política feminina, determinou a obrigatoriedade de os partidos políticos destinarem 5% do fundo partidário à formação política das mulheres. Outra medida dessa mesma Lei nº 12.034/2009 foi a obrigatoriedade da destinação de 10% do tempo de propaganda partidária para a promoção e a difusão da participação política feminina na política nacional.

O debate atual em torno dessa participação enfatiza questões que visam ao crescimento e ao fortalecimento da representatividade feminina parlamentar em âmbito nacional, pois, mesmo com os dispositivos constantes na Lei nº 9.504/1997 e na Lei nº 12.034/2009, a bancada feminina na Câmara dos Deputados ainda representa apenas 8,77% em um universo de 513 parlamentares. Para participar desse debate, pretendemos, com este trabalho, verificar possíveis fatores limitantes à ampliação da representatividade feminina parlamentar em nível nacional após a edição das referidas leis. Com esse intuito, buscamos, inicialmente, descrever aspectos históricos que caracterizam a condição social da mulher ao longo do tempo. Para tanto, apresentamos um levantamento de elementos históricos associados à representação política feminina em geral; analisamos as leis nº 9.504/97 e nº

12.034/09, sobre a abertura da representação política feminina; e descrevemos o perfil das eleições de parlamentares em nível nacional em 2006 e em 2010.

A atual composição do eleitorado brasileiro mostra que as mulheres já são a maioria dos votantes: 51,82% (TSE, 2010). Todavia, esse peso eleitoral da mulher não se reflete na sua representação política efetiva, pois, apesar de o principal cargo político do Brasil ser ocupado por uma mulher (a Presidente da República, Dilma Rousseff), a bancada feminina, na Câmara dos Deputados, ainda representa apenas 8,77% do total de parlamentares, ou seja, 45 deputadas. No Senado, das 81 vagas, apenas 12 (15%) são ocupadas por mulheres.

De acordo com Miguel e Biroli (2010), os padrões de cultura e de socialização da sociedade brasileira constroem o espaço político como espaço masculino e tolhem o surgimento da ambição política entre as mulheres. Esses autores realçam os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, em geral, menos acesso aos recursos econômicos e menos tempo livre que os homens. Eles consideram que, nesse caso, as análises expõem uma conexão proeminente entre as funções desempenhadas por homens e por mulheres na esfera privada e na esfera pública, com impacto sobre suas trajetórias profissionais e, mais especificamente, sobre a construção das carreiras políticas.

Nesse sentido, homens e mulheres, em geral, tendem a participar de associações de caráter diverso. Por um lado, os homens se dedicariam mais a associações ligadas à política, ao trabalho, ao esporte e ao lazer. Tais associações têm, em última instância, um caráter público. Por outro lado, as mulheres optariam por participar de associações ligadas à família, à escola e à comunidade, ou seja, associações de viés privado. Assim, haveria uma preponderância da vinculação das mulheres com os assuntos vinculados à vida privado-comunitária e uma suposta maior familiaridade dos homens com as atividades ligadas à esfera público-política (SACCHET, 2009).

Nesse contexto, a sub-representação feminina na Câmara dos Deputados constitui-se em um desafio para um sistema dito democrático. Assim sendo, estudar os mecanismos que contribuem para essa situação é vislumbrar possibilidades de transformação de um cenário de sub-representação para um cenário de efetiva representação. Por isso, por meio de uma revisão de literatura, discutimos a Lei nº 9504/1997, alterada pela Lei nº 12.034/2009, bem como os resultados das eleições de 2006 e de 2010 com o objetivo de verificar possíveis fatores limitantes à ampliação dessa representatividade feminina parlamentar em nível nacional após a vigência das referidas leis. Nesta perspectiva, utilizamos como instrumental de análise as teorias de Bourdieu (1989), no que concerne às questões do poder simbólico; a

teoria de Bobbio (2006), para a discussão sobre democracia; e as teorias de Pitkin (1967) e de Young (2006), para a compreensão da representação política e, mais especificamente, da representação política feminina na Câmara dos Deputados.

A eleição da primeira mulher para o mais alto cargo político do Brasil, nesse cenário de sub-representação feminina, foi fator motivador para a condução desta pesquisa e um elemento contraditório que muito enriquece esta reflexão, que se baseou em publicações sobre o tema disponíveis em bibliotecas e na internet. Sua apresentação encontra-se estruturada em quatro capítulos: o primeiro trata da trajetória social da mulher, abordando aspectos desse caminhar desde a Antiguidade como forma de demonstrar a construção do gênero feminino ao longo da história da humanidade. Aborda, também, os movimentos feministas mundiais e suas conquistas. O segundo enfoca as relações de poder associadas aos gêneros masculino e feminino, demonstrando os aspectos simbólicos que envolvem tanto um, quanto o outro. O terceiro se refere à democracia e à representação feminina na política, analisando-se, na oportunidade, as leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009 e seus resultados e identificando-se possíveis razões pelas quais o número de mulheres eleitas não corresponde ao aumento do número de mulheres candidatas. O quarto capítulo é um demonstrativo do perfil das eleições de parlamentares em 2006 e em 2010 e uma análise dos fatores limitantes à ampliação da representatividade feminina parlamentar em nível nacional no período entre 2007 e 2011.

1 CIDADANIA DA MULHER: A LONGA TRAJETÓRIA ATÉ A CONQUISTA

O conceito de cidadania, em linhas gerais, compreende os aspectos da vida em sociedade como um todo no que concerne tanto ao direito do voto, quanto à possibilidade de colaboração, direta ou indiretamente, nos destinos da sociedade por meio da participação cívica. Tal conceito está ligado às lutas e às reivindicações de cada povo e ao pleno exercício da democracia. Neste sentido, Covre ressalta que:

A Constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. [...] Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. [...] cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo (COVRE, 1995, p. 10-11).

Covre (1995) detalha o conceito de cidadania em termos de direitos civis, políticos e sociais. A autora ressalta que, para que esses direitos sejam efetivamente atendidos, eles devem estar interligados, ou seja, para que haja o efetivo atendimento dos direitos sociais e civis, é preciso que o exercício dos direitos políticos esteja em pleno vigor. Nesta mesma concepção, Carvalho (2002) expõe que o cidadão pleno é aquele que se beneficia dos três direitos - civis, políticos e sociais -, que o cidadão incompleto, por sua vez, é possuidor de apenas alguns dos direitos, e que o não cidadão é aquele que não se beneficia de nenhum dos direitos. Ressalte-se que, ao longo deste trabalho, adotou-se o conceito de cidadania de acordo com esse entendimento de Carvalho.

A trajetória da mulher até a conquista de sua cidadania é longa, vindo a ganhar mais força e mais destaque apenas no século XX, quando o feminismo se constituiu em um movimento desenvolvido e consolidado perante os demais movimentos sociais. As principais contribuições do ativismo feminista surgiram em meio à luta por justiça social. No contexto dos debates englobando a temática da justiça social e da democracia, o movimento feminista buscou vencer resistências ao reconhecimento da igualdade de gênero e à representação da mulher na vida política.

Segundo Tilly (1994), historiadora pioneira no uso de métodos sociológicos e estatísticos em pesquisa referentes às mulheres, a evolução da história da mulher esteve sempre relacionada à herança política. Porém, no que se refere à transformação de ações, poucas histórias foram tão fortes como a das mulheres, a partir das décadas de 70 e de 80

(século XX). Uma das razões que distingue particularmente a história das mulheres de outras narrativas “é o fato de ter sido uma história ligada a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas”. (TILLY, 1994, p. 31).

Nesse contexto, é importante conhecer em torno do que gira o movimento social das mulheres, cuja luta é contra uma cultura que ainda tem vestígios da Antiguidade e que ainda está longe de alcançar o reconhecimento social de sua igualdade de gêneros. Trata-se, portanto, de questões históricas, as quais serão resumidas a seguir, na perspectiva do tema deste trabalho, que é a representação parlamentar feminina na Câmara dos Deputados no período entre 2007 e 2011.

Na Antiguidade, com inspiração na mitologia, a mulher era considerada um objeto apaixonante, pelos mitólogos; um corpo a ser dissecado, para os médicos; e, para os filósofos, uma figura social a instituir. “Como sujeito, aparece esporadicamente, mas sempre à margem do exercício filosófico, médico ou literário, vindo a exceção confirmar a regra da exclusividade masculina no domínio intelectual” (SISSA, 1990, p. 79). Na vida diária, eram raros os desempenhos femininos valorizados por exigirem, delas, habilidades intelectuais. Assim, foi-se criando um paradigma feminino e os problemas referentes ao gênero sempre tratados por médicos, por filósofos e por poetas e caracterizados pela noção de mulher-objeto devido às características com que ela era definida: inferioridade anatômica, fisiológica e psicológica, em relação ao homem, e passividade (SISSA, 1990). Esse paradigma feminino era, no entanto, criado pelos homens: era patriarcal, androcêntrico, baseado no domínio dos homens sobre as mulheres e se referia às obrigações e aos papéis que elas deveriam representar socialmente.

A civilização ocidental e suas precursoras, assim como a grande maioria das outras culturas, basearam-se em sistemas filosóficos, sociais e políticos em que os homens – pela força, pressão direta, ou através do ritual, tradição, lei e linguagem, costumes, etiqueta, educação e divisão do trabalho – determinam que papel as mulheres devem ou não desempenhar, e no qual a fêmea está em toda parte submetida ao macho (CAPRA, 1982, p. 27).

Na sociedade brasileira, esse paradigma patriarcal foi herança da época colonial, que trouxe, para o Brasil, o modelo europeu.

Segundo Alves e Pitanguy (1985, p.11), em Atenas, os homens eram livres. As mulheres eram desvalorizadas por esses homens, sendo tratadas como escravas, uma vez que, livres, eram eles. Havia, assim, uma grande discriminação, o que fez Platão afirmar que, se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar

sozinho. Vê-se, portanto, que o sexo foi tratado como fator que separava a espécie que procria (a feminina) da que não procria (masculina). Nessa separação, a espécie feminina incluía um conjunto de atributos, uma forma que a representava e as diferenças em relação ao homem. “Há que se distinguir macho e fêmea, dividindo ‘segundo a espécie’. Só encontrando a sua diferença específica se pode definir a natureza de um e de outro gênero” (SISSA, 1990, p. 93). Nessa separação, as mulheres tiveram seu horizonte bem limitado, excluídas do mundo do conhecimento tão valorizado pela civilização grega. Somente as cortesãs tinham a incumbência de proporcionar lazer aos homens. Assim, cercadas de “incapacidades”, às mulheres foram sendo inventadas “afinidades” para suprir o conjunto de suas limitações enquanto, juridicamente, tais “incapacidades” eram focos de “proteção”. Contudo, havia também incoerências:

[...] haverá uma tão grande diferença entre a interdição tradicional da mulher romana de desempenhar o papel de procurador, de representante (interdição que é consequência de um regime de incapacidade) e a proibição que lhe faz (entre 41 e 65 d.C.) de dar caução a outrem, de garantir dívidas de terceiros, proibição que deveria ser interpretada, pelo contrário, a título de proteção? (THOMAS, 1990, p. 179)

Por outro lado, em sociedades tribais como a Gália, comunitariamente, homens e mulheres participavam da guerra, dos conselhos, da agricultura. Na Idade Média, já são encontrados registros de mulheres que realizavam tarefas usualmente atribuídas aos homens, embora outras trabalhassem somente na produção de alimentos e na tecelagem (ALVES; PITANGUY, 1985). Ainda assim, os atores sociais eram, predominantemente, masculinos, considerados dotados de capacidade de expressão pública, ligados ao poder e participando dele. Como eram homens de poder, impuseram ideias baseadas em argumentos antigos e ultrapassados sempre associados à crença médica sobre a natureza física da mulher. Foram produzidas representações e modelos de comportamentos, estabelecendo-se um controle da esfera feminina (KLAPISCH-ZUBER, 1990).

O Renascimento trouxe a necessidade de se definir as fronteiras sociais e as hierarquias, inclusive de gênero, o que se tornou mais importante à medida que a vida política criava novas elites. A legislação refletia a preocupação constante com o estatuto social, com a identidade sexual e com o vestuário das mulheres. Referia-se a “gastos loucos” das mulheres frívolas, causadoras de grandes calamidades (GRIECO, 1990).

Na América, século XVII, houve um aumento na organização social, e o ritmo das atividades manufatureiras se acelerou; o comércio expandiu-se e teve início um movimento de

ideias religiosas, de respeito à razão e à ciência como fundamentais ao conhecimento. Ann Hutchinson, pregadora religiosa inglesa que vivia na América do Norte, reuniu um grupo que, crescendo cada vez mais, divulgava que o homem e a mulher eram iguais perante Deus. O movimento cresceu, e os grupos passaram a se organizar, reivindicando e realizando conquistas (ALVES; PITANGUY, 1985).

No Reino Unido dessa época, mulheres não tinham assento na Câmara dos Lordes, mas as esposas de candidatos já se envolviam em campanhas políticas a favor deles. Porém, Davis destaca:

A limitada experiência política proporcionada às mulheres pelas instituições consultivas e representativas foi alargada pelo desenvolvimento da imprensa periódica e panfletária e pelo incremento da instrução feminina. Elas podiam ler a abundante literatura panfletária publicada sobre as guerras e as lutas político-religiosas. As opiniões femininas, que podiam ser menosprezadas como ‘tagarelices’ quando expressas oralmente, assumiam um caráter mais substancial quando apareciam impressas (DAVIS, 1990, p. 230).

No século XVIII, publicações políticas femininas se multiplicaram na Europa. Os escritos não constituíam um posicionamento político único, pois, enquanto alguns exigiam mudanças, outros apoiavam a tradição. Depois, destacou-se a produção de Catherine Macaulay, historiadora inglesa, a favor de um sistema democrático e da defesa dos direitos do autor. Ela também elogiava mulheres peticionárias que se dirigiam ao Parlamento, intervindo ativamente nas mudanças políticas (DAVIS, 1990).

1.1 A luta por cidadania ganha contornos

No século XIX, vários movimentos de mulheres ocorreram. Dois deles se referiam a frentes de luta: por melhores condições de trabalho para as mulheres e por seus direitos à cidadania, como, por exemplo, o direito de votar (ALVES; PITANGUY 1985).

No século XX, tentou-se elaborar outra definição das relações entre o feminino e o maternal, pois, durante a Primeira Guerra Mundial, as experiências femininas começaram a ser mostradas, surgindo vários movimentos, entre os quais, o movimento União Feminina para o Sufrágio das Mulheres, da França, que reivindicou a participação das mulheres em eleições municipais. Esse movimento de emancipação, contudo, começou a ser denunciado

como um movimento de influência judaica, sendo inserido no mesmo conceito que envolvia os judeus e os ciganos, considerados raças inferiores. Porém, o movimento cresceu independentemente das tentativas de controlá-lo, tornando-se mais forte com os ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. (ALVES; PITANGUY, 1985).

Ergas (1991) explica que as práticas e os discursos das feministas se refletiram na política, que passou a incluir os direitos da mulher na lista de reivindicações de organizações políticas. Porém, mesmo com a promoção e com a defesa desses direitos, a natureza dos sexos e a decorrente relação diferencial entre eles se manteve, apesar de os movimentos feministas em torno do assunto continuarem.

O feminismo é uma ideologia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa expressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. (TELES, 1993, p.10).

De maneira ampla, Teles (1993) lembra que o feminismo é um movimento político que tem como intuito questionar relações de poder que oprimem e exploram os seres humanos. Para haver uma mudança, precisa existir uma transformação social, econômica, política e ideológica na sociedade. Considerando que vivemos em uma sociedade fundamentalmente patriarcal, o questionamento dessa realidade é bastante complexo.

Capra (1982 apud DIAS; MÁXIMO, 2010) afirma que o patriarcado existe na sociedade ocidental há mais de três mil anos. Antes desse sistema, as mulheres tinham o papel de apaziguar, de amenizar os efeitos de crises sociais; elas proporcionavam certo equilíbrio às relações sociais em seu todo. Isso ocorria porque havia a noção de que elas tinham uma grande identificação com a natureza. Assim, nessa época, o matriarcado era responsável pela integração social. Com o patriarcado, houve a separação do reconhecimento pleno e da capacidade de condução das relações sociais baseadas no reconhecimento da unidade; passou a vigorar o contrário, ou seja, a individualidade, juntamente com as noções de obediência, de lealdade e de fé. Dias e Máximo (2010) explanam que esse sistema foi aceito como uma parte da natureza humana, inquestionável e integrante “da ordem natural das relações sociais até o momento em que o movimento feminista ganhou corpo e passou a revisar estes conceitos, costumes e leis” (DIAS; MÁXIMO, 2010, p. 2).

1.1.1 O feminismo emerge

A luta das mulheres sempre esteve atrelada ao contexto histórico-cultural. A primeira grande manifestação do movimento feminista aconteceu no final do século XIX e início do século XX, com a luta pelo sufrágio feminino. Inúmeras campanhas organizadas em países da Europa e da América buscaram mobilização pública e apoio de parlamentares e de partidos políticos em favor da luta pelo voto feminino.

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas ‘ondas’. O feminismo da ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita – nos direitos sociais e econômicos, como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança. O feminismo da chamada ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era ‘o privado é político’ (PEDRO, 2005, p. 79).

A primeira onda do feminismo mundial veio com a Revolução Francesa e prolongou-se até o fim da Primeira Guerra Mundial. Dos textos fundadores, destacam-se: a *Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, de Olímpia de Gouges, publicada na França em 1791, e a obra de Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman*, publicada em Londres, em 1792, ambas dedicadas à extensão dos direitos políticos às mulheres.

No século XIX, a defesa dos direitos das mulheres assumiu formas de expressão organizada. Na Inglaterra, a proposta do então deputado John Stuart Mill para substituir a palavra “homem”, que figurava na lei sobre o direito de voto, pela palavra “pessoa” marcou o início do movimento sufragista. Na França, a reivindicação dos direitos foi veiculada pelo jornal *La Citoyenne*, fundado por Hubertine Auclert, em 1881, e pela associação por ela dirigida, *Le Suffrage des Femmes*. Nos Estados Unidos da América (EUA), o movimento nasceu na Seneca Falls Convention, realizada em julho de 1848, em Seneca Falls, após apelo publicado no *Sêneca Falls Courier* por Lucretia Mott, por Martha C. Wright, por Elizabeth Cady Stanton e por Mary Ann McClintock. A reivindicação era por uma convenção que discutisse a condição social, civil e religiosa e os direitos das mulheres (IFL, 2012).

Pinto (2010) explica que esse movimento feminista inicial perdeu forças tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos a partir da década de 30. Alves e Pitanguy (1985) afirmam que, nos países europeus em que houve a ascensão do nazi-fascismo, houve repressão a qualquer movimento de contestação social. No período do pós-guerra nos Estados Unidos e na Inglaterra, assim como em outros países envolvidos em lutas armadas, a mão de

obra masculina retornou ao trabalho, voltando-se a reforçar a diferença entre os sexos e deixando uma vez mais, para a mulher, o espaço doméstico. Segundo Seixas (2006), essa perda de forças ocorreu também porque o movimento feminista não lutava por uma transformação maior, centrando sua ação em metas reduzidas. Na França, Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, analisou esse conflito entre liberdade e autonomia das mulheres como indivíduos, citando fatores sociais, políticos e históricos que contribuíam para a construção da feminilidade. De acordo com Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Na década de 1960, o feminismo voltou a ter importância. Os Estados Unidos da América envolveram um grande número de jovens na Guerra do Vietnã, enquanto o movimento *hippie* surgiu propondo um tipo de vida diferente, que combatia o consumismo norte-americano e contrariava seus valores morais. Movimentos como Maio de 68, na França, e o lançamento da pílula anticoncepcional, nos EUA, contribuíram para reforçar o feminismo nos continentes (PINTO, 2010). Nos EUA, Betty Friedman publicou *A Mística do Feminino*, em 1963, discutindo o resultado de suas pesquisas sobre o estilo de vida estadunidense, que incentivava a mulher a ser apenas dona de casa e a viver em função do marido e dos filhos, uma característica dos anos 50.

A partir daí, o feminismo passou a crescer, apresentando outras frentes de luta ligadas a temas ideológicos, sociológicos, econômicos e psicológicos associados à condição da mulher.

Os movimentos ampliaram o campo político, alargando a compreensão das contradições sociais para além do econômico e revelando a existência de outras formas de exercício do poder [...] demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 58).

1.2 Feminismo e sufrágio no Brasil

No Brasil, no início do século XIX, destacou-se Nísia Floresta, nascida no Rio Grande do Norte e considerada a primeira feminista brasileira a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. Em 1832, ela publicou a obra *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, uma tradução livre da obra de Mary

Wollstonecraft, constituindo-se o texto que fundou o feminismo brasileiro ao tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, conforme indicou Costa (1998), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. A maior preocupação de Nísia era a constatação da obscuridade em que vivia a mulher brasileira, destituída do instrumento fundamental para a sua dignidade: a educação (RONCAGLIO, 1994). Nísia lutava pela educação científica para as mulheres e conseguiu a abertura da primeira escola exclusiva para meninas, o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro. Nísia Floresta, à frente do seu tempo, defendia uma educação científica para as meninas e nas suas palavras:

Dê-se ao sexo uma educação religiosamente moral, desvie-se dele todos os perniciosos exemplos que tendem a corromper-lhe, desde a infância, o espírito, em vez de formá-lo à virtude, adornem-lhe a inteligência de úteis conhecimentos, e a mulher será não somente o que ela deve ser - o modelo de família - mas ainda saberá conservar dignidade, em qualquer posição que porventura a sorte a colocar. (FLORESTA, 1989, p. 34).

A primeira onda do feminismo no Brasil caracterizou-se, também, pela luta em favor do voto. Bertha Lutz exerceu uma das maiores lideranças do movimento feminista brasileiro. Ela nasceu na cidade de São Paulo em 1894, filha de Adolpho Lutz e Amy Fowler. Diplomou-se em Biologia, na Universidade de Paris, e em Direito, na Universidade do Rio de Janeiro. Foi a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro. Fundou, em 1918, a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina. Em 1922, a liga transformou-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), também dirigida por Bertha Lutz. Em 1927, Bertha levou um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei de autoria do Senador Juvenal Lamartine, dando o direito de voto às mulheres. Esse direito foi conquistado em 1932, com o novo Código Eleitoral brasileiro. Ela participou da Comissão Preparatória do Anteprojeto da Constituição de 1934 e, dois anos depois, ao assumir a candidatura a deputada federal, exerceu o direito de ser votada.

O direito da mulher ao voto foi conquistado paulatinamente em vários estados do país, sendo promulgado em nível federal em 1932, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Alves e Pitanguy (1985) esclarecem que, “se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista por denunciar a exclusão da mulher de participação nas decisões públicas” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 48).

Contudo, essa primeira onda do feminismo perdeu força no Brasil a partir da década de 1930. Segundo Seixas (2006), a ascensão de Getúlio Vargas e a intervenção mais direta do Estado nas questões familiares e naquelas relacionadas ao papel social da mulher na

sociedade terminaram reforçando o complexo sistema de gêneros. Cita-se, também, o autoritarismo da liderança de Bertha Lutz, que fechou a fundação a ideias e a transformações trazidas por feministas de classes ou de gerações distintas.

No Brasil, a década 1960 também teve uma dinâmica social particular em relação ao resto do mundo. Após o golpe de 64, enquanto na Europa e nos EUA o cenário era propício ao surgimento de movimentos libertários, principalmente para os que lutavam por causas identitárias, no Brasil, o momento foi de repressão total da luta política legal. Obrigavam-se grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e a partirem para a guerrilha. Pinto (2010) discorre:

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas (PINTO, 2010, p. 17).

A segunda onda do feminismo nas décadas de 1960 e 1970 resultou, por um lado, do progresso educativo das mulheres ao longo do século XX e, por outro, da insatisfação causada pelo recuo da situação das mulheres, com a desmobilização dos homens após a II Guerra Mundial. Esses fatores contribuíram para uma tomada de consciência da distância que separava a cidadania, consagrada legalmente, da autonomia das mulheres, como indivíduos. O caráter restrito das associações feministas da primeira onda brasileira, caracterizada como **feminismo liberal**, distinguiu-se do caráter das associações feministas desta segunda onda, **feminismo socialista**, em decorrência da ampla difusão das ideias feministas e do elevado nível de instrução das mulheres. A mediatização das ações coletivas dos grupos feministas e as organizações de mulheres marcaram o período de grande contestação social no qual a sociedade civil fez uso da palavra.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo avolumou-se na luta pelos direitos das mulheres com vários grupos do país tratando de temas como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil e luta contra o racismo. Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro nessa época foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984.

Na década de 1990, seguindo uma tendência geral, o feminismo tendeu a desenvolver um processo de profissionalização, passando a criar Organizações Não Governamentais (ONG) com a finalidade de aprovar medidas de proteção às mulheres, principalmente diante

da violência doméstica, além de buscar espaços para a maior participação da mulher na política. Delegacias especiais da mulher foram sendo criadas em todo o país. No ano de 1995, a Lei nº 9.100 (Lei de Cotas) proposta pela deputada Marta Suplicy em seu artigo 11, § 3º. estabelece:

Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher. Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres (BRASIL, 1995).

Essa lei regulamentou as eleições do ano seguinte para as prefeituras e câmaras municipais. Em 1997, foi criada a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que regulamentou as eleições estaduais e federais e estendeu o princípio para a disputa às vagas das assembleias legislativas estaduais e da Câmara dos Deputados. Aumentou a representação política feminina nos partidos, ampliando o percentual de participação feminina na área política. O § 3º. do art. 10 estabelece:

Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **deverá reservar** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997, grifo nosso).

No ano 2000, segundo Alves (2010), doutor em demografia, as mulheres conquistaram a paridade nas listas de eleitores. Nos anos seguintes, foram se tornando maioria no eleitorado. Conforme Pinto (2010) alerta, uma grande vitória foi a edição da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, que criou mecanismos para inibir a violência doméstica contra a mulher. Três anos depois, a Lei nº 12.034/2009 alterou a Lei nº 9.504/1997, dando a seguinte redação ao art. 10:

Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação o **deverá preencher** o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 2009, grifo nosso).

1.2.1 Cidadania moderna

A noção de cidadania está associada à vida em sociedade. A sua procedência está ligada ao desenvolvimento das *polis* grega, no período compreendido entre os séculos VII e VIII a.C.. Nessa época, o tema passou a ser referência de estudos que tinham como escopo a política e suas circunstâncias de exercício. Em decorrência das transformações ocorridas no

cenário social e econômico das sociedades, a evolução do conceito e da prática de cidadania foi se adaptando às necessidades de cada época (BBC, 2012).

A cidadania moderna tem as suas origens na formação do Estado de Direito e nas relações específicas entre os ideais de liberdade e de igualdade que configuram essa forma política. De acordo com Moisés (2005):

A palavra cidadão provém do termo latino *civitas*, mas como observaram vários autores, suas fontes intelectuais encontram-se nas religiões da Antiguidade e na civilização greco-romana, cujo legado remete às noções de liberdade, igualdade e virtudes republicanas. Foi na Antiguidade grega que os conceitos de igualdade e liberdade adquiriram relevância no contexto da *polis*, cidade protegida da hostilidade de vizinhos ou estrangeiros, cujos laços de lealdade e de identidade de seus cidadãos formavam a base da comunidade voltada para o bem público. Mais tarde, no período medieval, o *burgo* ocupou o lugar da *polis*, dando novas dimensões à ideia de liberdade, sendo a cidade o seu *habitat* natural (MOISÉS, 2005, p. 76).

Carvalho (2002), autor do livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, recorre a T. H. Marshall para identificar três dimensões básicas da cidadania: direitos civis, políticos e sociais. Conquistados no século XVIII, os direitos civis compreendem: os direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e de vir; o direito de liberdade de imprensa, de pensamento e de fé; o direito à propriedade, o direito de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Os direitos políticos, conquistados no século XIX, estão relacionados à participação dos cidadãos no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo; e ao direito de votar e de ser votado. Por fim, os direitos sociais, conquistados no século XX, dizem respeito ao sistema educacional e aos serviços sociais. Um marco do desenvolvimento dos direitos sociais foi o surgimento do Sistema de Bem-Estar Social no pós-guerra, disseminando alguns direitos como seguro-desemprego, seguro-doença, pensão, previdência e outros.

Em consonância com o entendimento de Marshall, Carvalho (2002) ressalta que o cidadão pleno é aquele que se beneficia dos três direitos, que o cidadão incompleto é possuidor de apenas alguns dos direitos e que o não cidadão é aquele que não se beneficia de nenhum dos direitos. Embora o ideal de cidadania plena se assemelhe entre países de tradição ocidental, os caminhos percorridos até a conquista desse ideal de cidadania são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver desvio e retrocessos. No Brasil, Carvalho destaca duas diferenças importantes. “A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros” (CARVALHO, 2002, p.11-12). O autor

ressalta que o exercício de certos direitos não garante o gozo de outros automaticamente.

Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e [...] algumas podem estar presentes sem as outras [...] uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível (CARVALHO, 2002, p. 9).

Com base nesse posicionamento, depreende-se que, em busca da cidadania, as mulheres percorreram um longo caminho repleto de barreiras e de preconceitos. Parte dessa luta se resumiu na busca pelo direito de participar do mundo público e político, considerado, até a metade do século XIX, no Ocidente, um reduto exclusivamente masculino.

Essa luta pela conquista dos direitos políticos protagonizada pelas mulheres diz respeito ao direito de votar e de ser votada, pois, segundo o entendimento de Carvalho (2002), quando nos referirmos ao termo “direitos políticos”, estamos, na verdade, fazendo menção ao direito de votar e de ser votado. Porém, conforme esse autor, “não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino” (CARVALHO, 2002, p. 42). Com a Constituição Brasileira de 1988, esse cenário começou a se modificar. Os direitos da mulher, considerados entre os direitos estabelecidos no art. 5º - de igualdade – fortaleceram a luta das mulheres.

Os movimentos feministas muito contribuíram para a difícil conquista da cidadania feminina. O processo de construção da cidadania feminina não foi um trabalho fácil e tranquilo mas, sim, árduo e de longos anos. A busca pela igualdade de gênero está atrelada a esse processo, que envolveu muitas lutas pelo reconhecimento dos direitos femininos.

1.2.2 Constituição cidadã e direitos da mulher

No livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, Carvalho (2002) discorre sobre a formação da cidadania brasileira. De 1822 a 1930, o Brasil travou uma longa batalha para se libertar da escravidão, pois toda a estrutura social era escravocrata. No Brasil Colônia, praticamente não havia direitos civis e políticos que pudessem dar sentido à palavra “cidadania”. O Brasil foi o último país a abandonar esse regime de trabalho no século XIX.

Entre 1890 a 1930, vivemos a República dos Coronéis, pois a “descentralização da Primeira República facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais” (CARVALHO, 2002, p.41). Havia pouca mobilidade

política, pois os coronéis controlavam seus redutos. Os direitos civis constavam apenas na lei. Em 1920, o tenentismo e as revoltas populares obrigaram a sociedade a repensar o caminho da cidadania. Mesmo assim, as resistências foram sufocadas pelas forças públicas.

Com Getúlio Vargas no poder, de 1930 a 1945, vasta legislação foi promulgada, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Porém, essa legislação foi introduzida em um ambiente de quase nula participação política e vigência dos direitos civis. “Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa” (CARVALHO, 2002, p.110).

Nesse clima, o Brasil avançou nos direitos sociais, mas sacrificando os direitos políticos, com a nação governada pela Ditadura Vargas. No ano de 1945, os direitos políticos ganharam força e, finalmente, a democracia surgiu no horizonte, com a criação de vários partidos políticos que polarizariam as ideologias do país.

Carvalho (2002) atenta para o retrocesso em direção à cidadania. Em 1964, os militares assumiram o poder. Os atos institucionais suprimiram e cassaram vários direitos políticos. Em 1974, com o Presidente Ernesto Geisel, o Brasil se voltou para a abertura política, e novos direitos foram conquistados pelos cidadãos. Em 1982, o Brasil voltou a ter eleições diretas para presidente, após longos anos sem que o povo pudesse eleger o seu representante maior. Em 1988, foi promulgada a chamada “Constituição Cidadã”.

O principal objetivo da organização da Constituinte foi remover o ‘entulho autoritário’ que havia em nossa Constituição, até então baseada no contexto da ditadura militar brasileira que, obviamente, não se encaixava mais no Brasil no final dos anos 80, período em que a liberdade e a democracia voltavam a fazer parte do dia a dia da sociedade [...] Eram os ares da Nova República (C. EDUCACIONAL, 2011, p. 3).

Pitanguy (2008) afirma que o citado CNDM tornou-se um órgão de poder durante a elaboração dessa Constituição de 88, porque, sabiamente, maximizou recursos de certa forma escassos. Por estar ao lado do Congresso Nacional, o conselho se articulou com os movimentos de mulheres; e estes pressionaram os deputados da base, que levaram as reivindicações até o Congresso Nacional. Oitenta por cento das reivindicações dos direitos da mulher entraram no texto da Carta Constitucional.

Para Carvalho (2002, p. 219), “os progressos feitos são inegáveis, mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer”. Na raiz das dificuldades, pode estar o fato de que, no Brasil, a cronologia e a lógica descrita por Marshall foram invertidas.

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, [...] Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2002, p. 219-220).

Alves (2010) conclui que o século XX foi de muita conquista (direito de voto e de alistamento eleitoral), mas o século XXI tem como desafio o aumento da capacidade de decisão das mulheres e a ocupação dos espaços públicos de poder. Tilly (1994), por sua vez, argumenta que, mesmo sendo definidas pelo sexo, as mulheres são muito mais que uma categoria biológica. Elas têm uma existência social concreta, pertencem a classes sociais distintas, vivem situações familiares diferentes e têm regras sociais e costumes que são configurados em meio às estruturas de poder.

Essas estruturas e o exercício desse poder ainda se baseiam em questões de gênero, criadas ao longo dos tempos. As relações de gênero podem ser compreendidas como construções sociais históricas e arbitrárias, segundo Santos (2007). A arbitrariedade marca o poder masculino surgido como hegemônico e legítimo para atribuir sentido às relações de interação entre homens e mulheres.

2 RELAÇÕES DE PODER E QUESTÕES DE GÊNERO

As relações entre poder e gênero são de dominação histórica e se baseiam nos símbolos que um e outro têm em torno de si. Sayão (2003, p. 122) afirma que as diferenças biológicas se tornaram marcas culturais e deram lugar à criação de elementos que buscam explicar a distinção entre homens e mulheres. Na área da ciência, foram construídas teorias para provar essa diferença, explicando-se que o homem é que é a norma, sendo o masculino o sinônimo da humanidade. Na área da biomedicina, o corpo feminino foi considerado uma versão menos desenvolvida do masculino padrão. Com base nessas concepções, foram criadas construções simbólicas que buscaram demonstrar a inferioridade feminina devido ao corpo mais frágil e ao número de neurônios menor. Dessa forma, de acordo com Sayão:

Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes (SAYÃO, 2003, p.122).

Para melhor visualizar essas relações e seus significados, vale compreender o que é o símbolo e como ele funciona. A palavra "símbolo" vem do grego *symbolon* e significa um sinal de reconhecimento. Chevalier e Gheerbrant (2003, p. XVI, XVII) definem: “O símbolo é muito mais do que um simples signo ou sinal: transcende o significado e depende da interpretação que, por sua vez, depende de certa predisposição”. Citando Freud, os autores explicam que a simbólica “é o conjunto de símbolos de significação constante que podem ser encontrados nas diversas produções do inconsciente” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p. XVI, XVIII). O signo designa a ordem que os fenômenos vão ocupar.

É importante fazer a distinção entre imagem simbólica e outras que se confundem com ela, como, por exemplo: emblema, que é uma figura visível, adotada para representar uma ideia; alegoria, que é uma figuração que tem a forma humana, animal ou vegetal, para se referir a determinada situação (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003).

A palavra símbolo carrega o significado de juntar, reunir, o símbolo é algo que reúne e que manifesta um sentido, ou sentidos, não perceptíveis de outro modo. Há algo invisível que se faz representar através do símbolo. Na definição de Sandner (1997) o símbolo pode ser definido como símbolo; qualquer coisa que pode funcionar como veículo para uma concepção. Essa coisa pode ser uma palavra, uma notação matemática, um ato, um gesto, um ritual, um sonho, uma obra de arte ou qualquer elemento capaz de comportar um conceito. Este pode ser de ordem racional e linguística, imagética e intuitiva, ou referir-se aos sentimentos e valores. Isso não faz diferença desde que o símbolo o comunique de modo eficiente. O conceito é o

significado do símbolo. A humanidade se serviu de representações, sejam elas como sinais apenas ou como símbolos, desde a mais remota antiguidade. O próprio movimento de criar cultura é um movimento de criar representações e significados (ASSINTEC, 2011, p. 2).

Em seus estudos sobre o símbolo, Jugend (1998) concluiu o seguinte: a linguagem simbólica é uma linguagem importante da psique, uma forma de expressão do inconsciente. O símbolo é o elemento intermediador da atitude de identidade para a da semelhança.

Uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou esta imagem têm um aspecto inconsciente mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo explicado (JUGEND, 1998, p. 3).

Chevalier e Gheerbrant (2003) citam as seguintes funções do símbolo: exploratória, quando ele capta algo que é desconhecido e quer explicar; substituta, quando substitui algo indeterminado, é uma função que depende da anterior; mediadora, pois reúne elementos separados, mas nem sempre opostos; unificadora, quando consegue unir esses elementos separados; pedagógica, quando traz alguma forma de conhecimento; socializante, pois é produzido por uma comunidade ou sociedade e funciona em uma linguagem universal; ressonante, porque, quando chega ao plano psicológico, desenvolve uma dinâmica; transcendente, porque tem a propriedade de estabelecer uma ligação entre forças opostas; transformador, porque modifica e estimula a carga afetiva da imaginação.

O símbolo é uma relação ou um conjunto móvel de relações entre vários termos. A lógica dos símbolos repousará, em princípio, sobre o próprio fundamento dessas relações. [...] quanto mais o símbolo for arcaico e profundo, mais se torna coletivo e universal (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p. XXXVIII).

2.1 Poder e símbolo

O poder foi definido por Weber (1922, p. 1) como “a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, podendo-se assentar em diferentes motivos de acatamento”. Pode ser condicionado por uma situação de interesses ou por considerações referentes a vantagens de quem o exerce e a desvantagens por parte de quem obedece. Pode também ser um costume desenvolvido pelo hábito familiar ou pode ser uma tendência afetiva.

Para Foucault (1997), poder:

É o domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos, relações que têm como questão central a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos,

dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas (FOUCAULT, 1997, p. 110).

O poder deve ser analisado como um elemento e que circula e que funciona em cadeia. Não tem uma localização específica, nem está em mãos determinadas. O poder funciona em forma de rede e, em suas malhas, indivíduos o exercem ou sofrem seus efeitos (FOUCAULT, 2007).

Bourdieu (1989) estuda o poder sob a perspectiva do simbólico. De acordo com esse sociólogo francês, o poder simbólico é “esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). O poder simbólico, compondo um sistema, pode ser visto como: a) estrutura estruturante, quando representada por elementos de construção do conhecimento e de construção do mundo objetivo. Tem como formas simbólicas subjetivas o mito, a língua, a arte, a ciência e outros. Sua significação é representada pelo consenso entre os sujeitos; b) estrutura estruturada, como um instrumento que constrói a realidade para estabelecer uma ordem, um sentido imediato do mundo. Por sua análise, pode-se apreender a lógica de cada forma simbólica, isolando-a de sua estrutura imanente. Tem como objetos simbólicos: os meios de comunicação, as culturas e outros. Sua significação é o produto da comunicação como é a própria condição de comunicação; c) instrumento de dominação, que relaciona a produção simbólica com os interesses das classes dominantes. Seu instrumento simbólico é o poder, representado pelas ideologias, como a marxista e outras (BOURDIEU, 1989). Deduz-se que sua significação é a manutenção ou a ampliação do próprio poder.

Em resumo, o poder simbólico tem um caráter subjetivo (como estrutura estruturante) e um caráter objetivo (como estrutura estruturada) e é exercido em função de um sistema de dominação, o qual desenvolve instrumentos sutis dentro da cultura para a dominação. Esse poder simbólico, como ressalta Bourdieu (1989), é tanto mais poderoso quanto maior é o grau de sujeição inconsciente a ele mesmo.

O poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma força de elocução, mas se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p. 15).

O poder simbólico, construtor da realidade como conhecemos e construído por ela,

perpetua-se por instrumentos simbólicos de dominação. Entre estes, podemos elencar a divisão do trabalho (classes sociais), a divisão do trabalho ideológico (intelectual, formador do discurso) e a função de dominação presente nessas duas divisões. Também os mitos, as lendas, as ideologias dominantes e a língua de um povo são considerados instrumentos de dominação (BOURDIEU, 1989).

Ainda de acordo com Bourdieu (2011), a dominação masculina está presente em todas as sociedades, pois elas se constituíram sob uma perspectiva androcêntrica, que pressupõe a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Essa dominação simbólica exerce, sobre os corpos, um forte poder sem a necessidade da força física. É uma dominação imposta e quase sempre invisível. Bourdieu (2011) ressalta que:

Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU 2011, p. 49-50).

A relação entre os gêneros pode ser útil para se compreender as relações de poder, pois são permeadas por discursos, por doutrinas e por símbolos. Elas promovem constantes transformações porque se estabelecem entre sujeitos diferentes, podendo causar opressão, mas também podem ser motivo de solidariedades e de trocas (LOURO, 2012).

O poder é algo que se exerce e que funciona tendo como objeto o corpo, que representa a realidade concreta dos indivíduos. Os procedimentos utilizados para o exercício do poder sobre o corpo são: o controle de gestos, de atitudes, de comportamentos, de hábitos e de discursos de modo detalhado. O poder, em seus efeitos, exclui, reprime, recalca e censura (FOUCAULT, 2007). Bourdieu (2007 apud SOUZA, 2012) também cita o corpo como foco da prática de dominação:

O corpo é o lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que o nosso capital cultural está inscrito, é ele a nossa primeira forma de identificação desde que nascemos – somos homens ou mulheres. Por conseguinte, o nosso sexo define se seremos dominados ou dominadores. O corpo é a materialização da dominação, é o *locus* do exercício do poder por excelência (BOURDIEU, 2007 apud SOUZA, 2012, p. 6).

No caso das mulheres, o poder exercido sobre elas ao longo dos séculos tem características foucaultianas, uma vez que ele se estendeu, por meio do controle, a seu comportamento e subjugou seus direitos. Contudo, o caráter simbólico do poder influencia a delimitação do papel da mulher na sociedade e as relações de subordinação das mulheres em relação aos homens, segundo a teoria de Bourdieu (2007 apud SOUZA, 2012).

2.2 Gênero e símbolo

Na Antiguidade, a diferença biológica foi argumento para legitimar a desigualdade entre homens e mulheres nas esferas política e social. O movimento feminista constituiu-se como sendo um movimento de protesto contra essa desigualdade de direitos entre os sexos, e a terminologia “gênero” surgiu a partir dos anos 1970 dentro do debate feminista (SCOTT, 1995, p.75). Gênero difere de sexo na medida em que o gênero (masculino/ feminino) é uma construção social. Desse modo, gênero é uma construção que se reforça por meio de símbolos, de leis, de normas e de valores. Scott (1995) ressalta que:

O núcleo da definição de gênero repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

A questão do gênero trouxe, para o debate feminista, discussões sobre a subordinação feminina. Como descreve Matos (2008), por meio desse conceito, foi possível avaliar as relações de dominação e de opressão construídas socialmente, além de permitir o questionamento das “próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução” (MATOS, 2008, p. 337). O conceito de gênero ampliou o debate acerca das desigualdades ao questionar outras variáveis (econômica, política, social, histórica, cultural, sexual), pois as relações hierárquicas de gênero estão conectadas à classe, à raça e à sexualidade.

Para Bourdieu (2011), a mulher continua subordinada ao homem no que concerne às posições de autoridade e de hierarquia. Ao homem se reservam, preferencialmente, as posições que exigem conhecimento técnico e específico. Contudo, Bourdieu (2011) situa as mulheres como personagens importantes dentro do mercado de bens simbólicos, sendo astutas nas estratégias de reprodução do capital simbólico e social. Por isso, ele ressalta a urgente

revisão e questionamento sobre as condições históricas das relações entre os sexos, pois é fundamental a descoberta de contradições e de espaços que não reproduzam as relações de dominação como marcos a serem estabelecidos dentro das instituições responsáveis pela reprodução da desigualdade entre os gêneros. Ortner (1979 apud BRUNELLO, 2011), por sua vez, afirma que a subordinação feminina seria causada pela atribuição simbólica de que a mulher estaria associada à natureza, porque é provedora da vida, cuidadora do lar, e que seu corpo a coloca em papéis sociais inferiores aos do homem, ao universo público. O homem, por sua vez, seria ligado simbolicamente ao universo público, ao processo cultural e às relações de poder.

Como exemplo dessas instituições de que fala Bourdieu e de sua influência, Miguel e Biroli (2011) citam a mídia, que dissemina visões da realidade social que não somente confirmam como naturalizam a hierarquia de gêneros, por exemplo, confirmando o pertencimento de homens e de mulheres a determinados cargos e funções. Outra instituição a ser considerada é a escola. Brunello (2011) diz que ela também reproduz essa diferença e nas palavras deste autor:

A instituição escolar continua reproduzindo e produzindo espaços para estas diferenças, sendo estas passíveis de estudo. A escola delimita espaços, servindo-se principalmente de símbolos, códigos e da linguagem. Ela afirma o que cada um pode ou não fazer, ela separa e institui. Aponta os lugares das meninas e dos meninos. A escola através de suas práticas cotidianas faz com que os sujeitos interiorizem e considerem naturais as diferenças entre meninos e meninas, como se isto estivesse na ‘ordem das coisas’. Todavia, quando ocorre um desvio, este logo é censurado e coagido, para que de fato se enquadre novamente às normas e às condutas ‘adequadas’. O aprendizado como postura parece penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo, estes reagem e são envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituindo suas identidades ‘escolarizadas’ (BRUNELLO, 2011, p. 3).

Lopes *et al.* (2011), por seu turno, referem-se à igreja como reprodutora das diferenças e da hierarquia de gêneros. Para esses autores, a igreja católica é um dos pilares que sustentam a hierarquia entre os sexos no Ocidente, pois a religião possui capital simbólico e joga com essa produção de símbolos por meio da linguagem e das representações, sacralizando a relação desigual entre homens e mulheres.

Segundo Sayão (2003, p. 122), “a simples observação dos órgãos externos ‘diagnostica’ uma condição que deve valer para toda a vida.” Cria-se um padrão objetivado que se torna subjetivo por meio das instituições que formam a consciência sobre o modo de se viver a realidade, como se essa fosse uma unidade inquestionável. Esse simbólico se estende

até a área política, passando a ser uma realidade objetiva. Apesar disso, a mulher, em seu corpo, em sua sexualidade e nos papéis sociais que lhe foram atribuídos ao longo da história tem possibilidade de reverter, de modificar essa condição pela distribuição do poder nas instituições sociais e pela apropriação do saber. Nesse sentido, no Brasil, as leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009 podem contribuir para que as mulheres possam ocupar lugares que lhes são de direito, uma vez que instituem, de direito, o acesso e a ocupação desses lugares.

Apesar de árdua e lenta, de certa forma, a luta da mulher por espaços igualitários na sociedade e na vida em geral demonstra que sua história pode ser modificada. De Benedicto *et al.* (2006) citam, como exemplo, as seguintes tendências atuais, além das conquistas históricas referidas anteriormente:

A força de trabalho da mulher está cada vez mais presente diante de um mercado mais aberto; a consciência da mulher sobre sua própria condição a impulsiona a lutar cada vez mais pela igualdade dos gêneros; as habilidades femininas no desempenho de funções destacadas nas organizações atestam para a conquista de um espaço cada vez maior (DE BENEDICTO *et al.*, 2006, p. 2).

Contudo, conforme Miguel e Biroli (2010), um dos principais alvos da crítica feminista é a contradição entre os direitos liberais e a concreta subordinação e exclusão da mulher. Enquanto os primeiros são apresentados como universais e igualmente desfrutados, os segundos demonstram que a modernidade possibilita as relações desiguais. A essa situação, Carole Pateman, citada pelos autores, chama de liberalismo patriarcal, porque as instituições organizadoras da sociedade e as abordagens são fundadas na ficção de um contrato social que assegura a igualdade de direitos e de liberdade entre os indivíduos.

As mulheres são maioria na população brasileira e maioria em idade ativa. Com isso, inverteram a diferença qualitativa de gênero que havia na educação e aumentaram sua participação no mercado de trabalho; porém, na área política, continuam sendo minoria. Com a remoção das barreiras políticas legais que impediam a mulher de votar e de se candidatar a representações políticas, a economia avançada, a área social e a educacional poderiam inserir as mulheres nos respectivos processos de modo mais efetivo, como forma de promover seu empoderamento. Lisboa (2008) expõe:

O empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero;

significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres. (LISBOA, 2008, p. 2).

Reis Prá (2001), doutora em Ciência Política e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (Neim/UFRGS), diz que o conceito de empoderamento se refere ao legítimo exercício do poder. Tal empoderamento é proporcionado pelo aumento da informação, pelo desenvolvimento de potencialidades, pelo aprimoramento das percepções e pela troca de ideias. Esse processo fortalece as habilidades pessoais e a integração das habilidades grupais por meio de um conjunto de práticas e de técnicas interativas e cooperativas.

Porém, talvez a maior batalha das mulheres seja contra a cultura dos símbolos que foram impostos a elas ao longo dos séculos e que impedem, muitas vezes, que elas mesmas se reconheçam como sujeitos capazes. Apesar das conquistas e das transformações, muitas mulheres ainda não conseguem tomar decisões sobre suas vidas, pois não se constituem como um sujeito de direitos. Elas nem exercem nem acumulam poder para si, mas, sim, o reproduzem para os que são controladores do poder.

Miguel (2004) discorre sobre alguns autores que esboçam projetos de reorganização da mídia que permitam o aprofundamento da autonomia popular, ampliando a pluralidade de vozes presentes no debate público. Tais projetos ganhariam maior nitidez caso fossem embasados pelas correntes da teoria democrática que se preocupam com a ampliação da capacidade de intervenção política dos grupos sub-representados. Dos modelos discutidos por Miguel (2004), o denominado pluralismo e empoderamento se destaca. O autor expõe que representação política não se esgota na tomada de decisões; ela envolve também o debate público e a formação da agenda. Nessas duas dimensões, a intermediação dos meios de comunicação de massa é crucial. É um critério que inclui trabalhadores, mulheres, minorias étnicas e homossexuais, pois “Os grupos em mais profunda desvantagem na sociedade contemporânea também foram sujeitos à exclusão legal da cidadania e à discriminação patrocinada pelo Estado” (WILLIAMS, 1998 apud MIGUEL, 2004, p. 144). Esta discussão propõe um modelo midiático de inclusão.

Assim sendo, encerramos este capítulo com o pensamento de Miguel (2004, p. 144) para quem compreender o papel dos meios de comunicação de massa nas disputas políticas coetâneas pode ser o caminho para um melhor dimensionamento de propostas que têm como objetivo o empoderamento dos grupos sub-representados.

3 DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA

3.1 Democracia

Bresser-Pereira (2005, p. 77) afirma que, após anos de dominação ditatorial em boa parte do mundo, o século XX viu o estabelecimento de regimes democráticos na maioria das nações. A democracia se consolidou, inicialmente, nos países desenvolvidos e, em seguida, em alguns dos países em desenvolvimento. No princípio, predominou a democracia liberal, considerada a democracia das elites; posteriormente, vigorou a social democracia, norteadas pela opinião pública. Atualmente, a tendência é a democracia participativa, que propõe uma maior participação do povo em relação à administração pública e ao governo. Assim, o poder democrático não é delimitado ao voto, mas se estende às diversas camadas sociais e aos diferentes períodos de uma eleição, havendo intervenção da sociedade civil também durante o mandato.

Conforme Bobbio (2006, p. 9), na modernidade, a democracia se converteu, “no denominador comum de todas as questões politicamente relevantes, teóricas e práticas”. Porém, para sua implementação efetiva, é necessário que haja visibilidade ou transparência do poder. Sem esses requisitos, não há democracia. Como a totalidade dos cidadãos não consegue discutir nem apresentar decisões sobre assuntos de interesses de todos, é necessário que a democracia eleja membros dos grupos para decidir em nome desses; assim, vai-se obter o que a democracia chama de maioria, sua regra fundamental.

De acordo com o dicionário de Bobbio (2004), para a teoria contemporânea da democracia, confluem três grandes tradições do pensamento político:

QUADRO 1 – Características da Democracia

Teoria clássica	Teoria medieval	Teoria moderna
Divulgada como teoria aristotélica das três formas de governo, segundo a qual a democracia, como governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, distingue-se da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos.	De origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior.	Conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, a monarquia e a república. A antiga democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), na qual se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos. O governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Bobbio (2004).

Entende-se democracia (do grego *demos*, “povo”, e *kratos*, “autoridade”) como uma forma de organização política que reconhece, a cada um dos membros da sociedade, o direito de participar da direção e da gestão dos assuntos públicos e sociais. A democracia teve sua origem na Grécia clássica. Atenas e outras cidades-estados implantaram um sistema de governo por meio do qual todos os cidadãos livres podiam eleger seus governantes e também serem eleitos para tal função. Nas sociedades modernas, são bastante reduzidas essas possibilidades de participação direta de todos os cidadãos na política do país em decorrência do número de cidadãos, da complexidade das diversas instituições e dos assuntos públicos em geral. Assim, hoje, na maioria dos países democráticos, é comum o exercício de democracia por meio de um sistema indireto de representação ou de um sistema representativo.

Autores como Pitkin (1967) e Young (2006) discutem a representação política no processo democrático, com base em diferentes percepções. Pitkin (1967) entende que a representação é um paradoxo, pois busca tornar presente, de algum modo, o que literalmente não está. Young (2006) estuda a representação como relacionamento, defendendo, entre outros, a existência de uma identidade entre representantes e representados. Antes porém, devemos compreender o que é representação política, para que possamos acompanhar as teorias dessas autoras sobre ela.

3.2 Representação política

O conceito de representação tem relação direta com o sistema representativo moderno, um regime político que tem seus governantes eleitos pelo povo. O termo “representação” vem do latim *representare*, que significa trazer à presença algo ausente. Na Grécia antiga, com o surgimento de instituições políticas representativas, surgiu também o conceito de representação política. O filósofo inglês Thomas Hobbes pode ter sido o primeiro autor a desenvolver o conceito de representação em seu livro *Leviatã*.

Representação política diz respeito ao modo como o povo, titular do poder, age ou reage relativamente aos governantes e ao voto. É ato associado à atual democracia, não para decidir, mas, sim, para eleger quem deverá decidir. Neste sentido:

A representação política é uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes, na qual os primeiros, enquanto comitentes e constituintes, autorizam os últimos a tomarem as decisões que obrigam em comum e universalmente a todos,

nelas consentindo por antecipação e assumindo, cada um, todas as consequências normativas derivadas das decisões do corpo de representantes como se as tivesse efetiva e pessoalmente adotado, e na qual, por outro lado, cada um dos representantes se obriga a tornar efetivo, no corpo legislativo, ao mesmo tempo os valores fundamentais e comuns da ordem política e as concepções particulares acerca do interesse e do bem público daquele conjunto especial de constituintes que, com sua confiança, concorreram para a consecução de seu mandato (TAVARES, 1994, p.33).

A representação política se insere em uma esfera muito ampla de possibilidades, e diferentes significados lhe são atribuídos. Tais atribuições decorrem do ideal que se estabelece no imaginário das pessoas através dos tempos e também em consequências da distância ou da proximidade que mantenham da esfera política. Desse modo, é natural que os significados atribuídos à representação política também sejam distintos e, por esta razão, diferentes estudiosos, entre eles Pitkin (1967) e Young (2006) debruçaram-se sobre esta questão.

PITKIN

A compreensão que temos da representação política é marcada pela influência da obra de Pitkin (1967), que define a representação política como um arranjo institucionalizado e público, no qual a representação não se refere apenas a um participante, mas a toda a estrutura global e ao funcionamento do sistema político. Tal sistema existe para corresponder aos desejos populares e não somente para promover o interesse público.

Segundo Pitkin (1967), a representação pode ser entendida de diversas formas: de maneira geral, como um fenômeno humano, político e cultural; como “um mecanismo do governo democrático pelo qual os legisladores, eleitos competitivamente, vão atuar em demandas políticas originadas por seus eleitores” (PITKIN apud DISCH, 2005, p.1). Representar é, sob esta perspectiva, atuar e agir conforme os interesses dos representados, receptivamente a eles.

Na representação, há um conteúdo substantivo que pode ser fornecido quer por aquilo ‘o que um representante faz’, do alemão ‘agir’(*vertreten*), ou ‘o que um representante é’, do alemão (*darstellen*), que tem duas variantes: simbólica e descritiva. É digno de nota que Pitkin insiste que há algum componente substantivo na representação, mas se recusa explicitamente a uma concepção referencial dessa substância, argumentando que a representação não pode fornecer esse componente (DISCH, 2005, p. 4).

Para Pitkin (1967), a representação contém elementos ativos que incluem uma escolha entre interesses e preferências. Na escolha, as características são relevantes, do ponto de vista político, para a reprodução dos interesses. Algumas perguntas podem auxiliar a análise da representação política: por que alguns candidatos prendem mais a atenção do eleitor do que outros? Como expor nomes ao eleitorado de modo a mobilizá-lo, prendendo a atenção de alguns grupos e desestimulando outros?

Pitkin (1967) forneceu quatro elementos pelos quais se pode repensar a representação moderna: a formalista, a descritiva, a simbólica e a substantiva, cada uma contendo modos diferentes de entender a representação e fornecendo padrões para se avaliar os representantes. O Quadro 2, a seguir, resume as características dos elementos citados por Pitkin:

QUADRO 2 – Visões de representações em Pitkin

Tipo de representação	Descrição (síntese)	Principais questões de pesquisa em cada abordagem	Padrões implícitos para avaliação dos representantes
1 Representação formalista	Os arranjos institucionais precedem e dão origem à representação. A representação formal tem duas dimensões: a autorização e a “accountability”.	Qual é a posição institucional de um representante?	Nenhum.
(Autorização)	O modo como o representante obtém sua reputação, seu <i>status</i> , sua posição, ou posto.	Qual é o processo pelo qual o representante adquire poder (e.g. eleições) e quais são os caminhos pelos quais um representante pode impor suas decisões?	Nenhum padrão para avaliar como o representante se comporta. Qualquer um pode simplesmente avaliar se ou não um representante legitimamente mantém a sua posição.
(Accountability)	A capacidade dos eleitores para punir seu representante por não ter agido de acordo com seus desejos (e.g. destituição de funcionário de cargo), ou a receptividade do representante para com os eleitores.	Quais são os mecanismos de sanção disponíveis aos eleitores? O representante é receptivo às preferências dos seus eleitores?	Nenhum padrão para avaliar como um representante se comporta. Qualquer um pode simplesmente avaliar se ou não um representante pode se punido, ou se tem sido receptivo.
2 Representação simbólica	Os modos pelos quais um representante “defende” os representados, isto é, o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados.	Que tipo de resposta é invocada pelo representante naqueles que estão sendo representados?	Representantes são avaliados pelo grau de aceitação que eles têm entre os representados.
3 Representação descritiva	O alcance em que o representante se assemelha àqueles que estão sendo representados.	O representante se parece, tem interesses comuns, ou compartilha certas experiências com os representados?	Avalia o representante pela exatidão da semelhança entre o representante e o representado.
4 Representação substantiva	A atividade dos representantes, isto é, as ações tomadas em nome de, no interesse de, com um agente de, e como um substituto dos representados.	O representante encaminha as preferências políticas que servem aos interesses dos representados?	Avalia os representado pela extensão em que os resultados das políticas encaminhadas por ele servem “aos melhores interesses” dos seus eleitores

Fonte: MOURA, 2009.

Pitkin (1967) defende a representação formalista, cujo fator central são os mecanismos

de *accountability*¹. Esses mecanismos garantiriam a vinculação entre as preferências dos representantes e suas decisões dos representados e destacariam a autorização dada pelos cidadãos para que alguns ajam em seu lugar e a prestação de contas que seu representante deve fazer, comprovando seus atos. Por esta dimensão, “o eleitor autoriza o representante a agir em seu nome” (KYIOTA, 2007, p. 59) e avalia sua atuação. As concepções são de autorização e de responsabilização social, com a primeira se realizando antes de a atuação iniciar, e a segunda, após seu fim. “O ato de representar começa depois da autorização e antes da responsabilização social” (KYIOTA, 2007, p. 59).

Na dimensão simbólica, a representação política pode ser vista como uma bandeira que representa a nação ou como um emblema que representa uma cultura. Esta dimensão corresponde à noção de que a representação deve ser compreendida como uma atividade. O representante se traduz em um fazedor de símbolos, na medida em que faz com que os súditos o aceitem por sua atividade. A representação simbólica desempenha uma identificação e um alinhamento do desejo entre governante e governado (PITKIN, 1967 apud KYIOTA, 2007).

Disch (2005), discutindo as ideias de Pitkin, afirma que, para esta:

Representação é uma atividade marcadamente política, que não pode ser nem compreendida nem justificada por analogia para a tutela e especialização [...] O representante é ativo como um fabricante de símbolos, tornando-se um líder aceito (PITKIN apud DISCH, 2005, p. 6-8).

Kyioti (2007), em referência a Pitkin, expõe que a representação é uma forma de identificação com uma liderança efetiva. Neste caso, a representação simbólica se apresenta de forma invertida, porque os súditos refletem aquilo que o líder quer, em vez de exercerem influência sobre ele.

O poder simbólico tem sua base na posse do capital simbólico. O poder de impor sobre outras mentes uma visão, já existente ou nova, de divisões sociais contando com a autoridade social adquirida anteriormente. Capital simbólico é um crédito, este é o poder concedido para aqueles que obtêm reconhecimento suficiente para estar em uma posição para impor reconhecimento (KYIOTA, 2007, p. 64).

¹ Processo de fiscalização. “Uma lei positiva pode oferecer uma *accountability* baseada na capacidade de eleitores, indivíduos, ou grupo, de exigir que os representantes expliquem o que fazem. Uma democracia fortemente comunicativa, entretanto, requer alguns processos e procedimentos em que os representados chamam os representantes para prestar conta e, sobretudo, para reautorizá-los. Tal como com a autorização, a *accountability* deve ocorrer tanto por meio das instituições oficiais, como, na vida pública, de associações cívicas independentes” (Young, 2000, apud Moura, 2009, p. 15).

Pela dimensão descritiva, conforme Pitkin (1967 apud MOURA, 2009), o conjunto formado pelos representantes deve constituir uma espécie de representação micro da sociedade a que se refere, demonstrando e reproduzindo as características desta de forma adequada. Isso porque, “mais importante do que aquilo que os representantes fazem é quem eles ou elas são”, ressalta Moura (2009, p. 53), com base em Pitkin. A representação vai depender das características do representante, ou seja, o que é ele e com quem se parece. O representante não vai atuar por outros e, sim, representá-los devido a uma correspondência, uma semelhança ou um reflexo entre eles.

Neste tipo de representação, os representantes compartilham as características sociais ou demográficas dos representados. Assim, percebe-se que a preocupação com ‘quem é o representante’ não supre as angústias de se buscar uma representação consistente, mas também não deixa de ser uma parte importante do processo de representação como um todo (KYIOTA, 2007, p. 63).

No que diz respeito às características da representação descritiva e da representação simbólica no contexto brasileiro, a eleição da Presidente Dilma Rousseff foi um misto de ambas. Dilma Rousseff não fazia parte do cenário político quando sua candidatura foi lançada. Assim, a presença do ex-Presidente Lula na campanha dela à Presidência da República foi de vital importância para sua eleição. O ex-presidente reforçou, como símbolo, sua origem simples e popular, sinalizando que Dilma também poderia ser uma legítima representante das classes sociais sub-representadas. Sob a perspectiva da dimensão simbólica, o grau de aceitação do ex-Presidente Lula tornou-se o grau de aceitação da candidata. Nesse sentido, pôde-se observar que houve um reflexo entre a propaganda eleitoral e a imagem da candidata Dilma. Em campanha eleitoral, o ex-presidente sugeria ao eleitor a ideia de que, se Dilma fosse eleita, haveria a continuidade de seu governo. Sob a perspectiva da dimensão descritiva, ressalte-se “a associação de imagem de Dilma à imagem de mulher e de mãe, a de ‘mãe do povo’ em conjugação à de ‘pai do povo’, Lula” (GANDIN, 2012 apud CASTAÑEDA; VEIGA, 2012, p. 62).

De acordo com o conceito de representação descritiva, o Congresso apresenta-se como retrato ou espelho da sociedade. Nesta perspectiva de espelho:

O retrato pode ser capturado em ângulos diversos. Há os que acreditam que a reprodução se dá numericamente, pela proporcionalidade do eleitorado distrital. No Brasil, o distrito é o estado e a magnitude destes distritos nas eleições para a Câmara dos Deputados varia de oito a setenta, reproduzindo

(embora com problemas de fidelidade) o tamanho do eleitorado em cada unidade da federação, que neste caso funciona como distrito plurinominal. É uma tentativa de representação geográfica e ‘espelho’ (HENRIQUE; BRAGA, 2012, p. 3).

Na dimensão substantiva, os representantes procuram desenvolver políticas que favoreçam os interesses de seus representados. Tem como base a noção de agir pelo outro, não apenas formalmente, porque foi autorizado ou porque se considere responsável, mas porque se leva em conta a essência da formalidade, ou seja, a atividade de representar. Pitkin (1967, apud MOURA, 2009, p. 54) explica que é necessário verificar o “conteúdo substantivo da representação”, isto é, o que ocorre durante o processo. Esse conhecimento permite que se diferencie a posição formal da posição legal da pessoa, bem como daqueles cuja ação ela representa.

Mais importante que a autorização formal ou a responsabilização ou, ainda, se os conselheiros representantes da sociedade civil simbolizam ou se parecem com os representados, é a substância da sua atividade, que é identificada com estes interesses. Mesmo se os representantes tiverem melhor condição social que a média dos representados, sua capacidade representativa, ou mesmo a sua liderança, vai legitimá-los através da noção de ‘bases’. A representação substantiva introduz a noção de que as ‘bases’ devem escolher seus representantes, os quais terão que ser responsáveis por seus atos políticos e poderão ser facilmente substituídos, se não perseguirem apropriadamente os objetivos que os representados perceberem como de seu interesse (PITKIN, 1967 e CORTES, 2007, apud MOURA, 2009, p. 55).

As dimensões descritiva e substantiva constituem os principais argumentos utilizados nos debates que ressaltam a importância de maior representatividade de mulheres na esfera legislativa. No que concerne à representação descritiva ou política de presença, argumenta-se que o Congresso deve espelhar todos os seguimentos que compõem a sociedade, proporcionalmente, reproduzindo suas características principais. Neste sentido, o número de mulheres na Câmara dos Deputados - 8,77% do total de deputados - deveria ser proporcional ao número de eleitoras que representa: 52,8% (TSE, 2010) da população brasileira. De acordo com esta dimensão, o aumento no número de mulheres no Congresso proporcionaria mudanças na medida em que introduziria novos comportamentos e valores, pois, em essência, as mulheres são diferentes dos homens. Para Phillips (2001):

Uma vez que a diferença seja concebida em relação àquelas experiências e identidades que podem constituir diferentes tipos de grupos, fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos. É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas,

programas ou ideias com as quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? (PHILLIPS, 2001, p. 273).

A representação substantiva ou política de ideias tem como base de seu argumento a representação de uma pluralidade de interesses na esfera política. Assim sendo, a inclusão de mais mulheres nos processos político-decisórios sugere que seus interesses serão melhor representados. Rangel (2012), consultora do Centro de Estudos e Assessoria Feminina (Cfemea), ressalta que:

Esse argumento permite demandar maior incorporação de mulheres em cargos legislativos sem presumir que a simples inclusão se traduza automaticamente em preferências ou interesses comuns, nem que uma assembleia legislativa mais equilibrada do ponto de vista de gênero contemple temas de relevância para a cidadania feminina. (RANGEL, 2012, p. 34)

Para Phillips (2001), nossos interesses são defendidos de forma mais eficaz quando representados por quem compartilha as mesmas experiências e interesses. A autora entende que a política de ideais e a política de presença são complementares e que ambas são importantes para a concretização de um sistema de representação mais igualitário. Phillips acrescenta:

Embora a política de idéias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto as falhas da outra. A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando idéias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e idéias. É na relação entre idéias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra (PHILLIPS, 2001, p. 289).

Young (2006), com base no trabalho de Pitkin (1967), estuda o termo “representação”, concordando com algumas de suas noções, problematizando outras e buscando uma complementação entre os vários aspectos de cada visão. Sua proposta de representação política, descrita adiante, baseia-se no que o eleitor sente quando acha que está representado politicamente.

YOUNG

Em uma perspectiva de inclusão, Young (2006) entende que a representação deve ser vista como um processo de antecipação que flui entre representantes e representados, com base na participação em atividades de autorização e de prestação de contas. Discorre a autora:

Muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência. Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo (YOUNG, 2006, p. 142).

No contexto das complexas sociedades modernas, são frequentes as queixas sobre a natureza das representações, cujas normas são consideradas excludentes. Questiona-se a representação insuficiente de grupos perante órgãos que discutem e que decidem sobre interesses e temas referentes a legislaturas, a comissões e a conselhos, ou seja, demandas que dizem respeito a uma sociedade com questões complexas. Nesse sentido, segundo Young (2006, p. 1), “os representantes formais e informais canalizam a influência que as pessoas podem exercer”. Por isso, propostas de maior inclusão política para decisão de processos democráticos buscam a adoção de medidas que possibilitem maior representação dos grupos sub-representados, das minorias ou dos que vivem em condições estruturalmente desiguais.

Recorrendo ao conceito de *différance* em Derrida, Young (2006) expõe que pensar as entidades sob este prisma significa mantê-las em sua pluralidade, sem que se requeira sua unificação em uma identidade comum. Assim sendo, as coisas assumem seu ser, e os signos assumem seu significado com base no lugar ocupado em um processo de relacionamentos diferenciados. As coisas são similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, dependendo do ponto de referência e do momento no processo. Nesse sentido, a *différance* destaca intervalos de espaço e de tempo.

Young (2006) define sua proposta de representação com base no questionamento que envolve a relação entre representante e representado:

O que dou a entender quando digo que me sinto representado no processo político? Há muitas respostas possíveis para essa pergunta, mas três delas me parecem se destacar como as mais importantes. Primeiramente, sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas

discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social (YOUNG, 2006, p. 12).

Young (2006) propõe três modalidades de representação: interesses, opiniões e perspectivas, explicando que, no contexto político, uma pessoa pode ser representada de diversas maneiras em cada uma dessas modalidades. Na primeira modalidade de representação, interesse significa o que afeta ou o que é importante para a vida dos indivíduos ou para as organizações. Os interesses, porém, podem frequentemente entrar em conflito tanto entre os agentes, como entre as ações de um mesmo agente. A categoria opiniões é tida como princípios, valores e prioridades que fundamentam e que condicionam o pensamento e as ações de determinada pessoa, no sentido das políticas a serem seguidas e dos objetivos a serem buscados. Os partidos políticos são um exemplo de veiculação da representação de opiniões. Na modalidade da perspectiva, os grupos sociais são compreendidos com base em uma lógica relacional na qual os indivíduos seriam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais, sem que estas estruturas delimitem suas identidades.

No que diz respeito tanto às mulheres, quanto aos demais grupos minoritários, na maior parte dos sistemas políticos, eles ocupam um percentual pequeno de cargos públicos por eleição, sendo sub-representados na ocupação de posições de poder e de influência quer na vida pública, quer na vida privada. Os juízos sobre a injustiça da desigualdade política podem ser mobilizados para romper o círculo por meio do qual a democracia política formal reproduz a desigualdade social. Esta pode ser reduzida por meio de uma maior inclusão e pela influência dos grupos sociais sub-representados (WILLIAMS, 1998 apud YOUNG, 2006).

Um dos meios de promover a inclusão de integrantes de grupos sociais sub-representados é a criação de dispositivos políticos com essa finalidade. Esquemas como “cotas em listas partidárias, representação proporcional, cadeiras parlamentares reservadas e delimitação de distritos eleitorais especiais, entre outros, têm sido propostos e implementados para promover a representação de tais grupos.” (YOUNG, 2006, p. 2). A Tabela 1, abaixo, faz um comparativo entre legislação de modo geral e legislação de gênero no Brasil entre 1985 e 2012:

TABELA 1 – Legislação geral x Legislação de gêneros

Legislação geral x Legislação de gênero – Brasil, 1985-2012 (número absoluto de matérias)			
Ano	Geral	Gênero	Gênero e política
1985	4.230	1	1
1986	4.577	0	0
1987	4.639	0	0
1988	4.304	0	0
1989	3.715	0	0
1990	2.805	3	0
1991	1.872	2	0
1992	1.794	2	0
1993	2.151	1	0
1994	2.664	7	0
1995	3.060	7	1
1996	3.142	5	0
1997	3.442	3	1
1998	4.020	3	0
1999	4.404	3	0
2000	4.085	3	0
2001	3.454	5	0
2002	3.398	7	1
2003	3.768	34	6
2004	3.811	36	2
2005	3.206	27	3
2006	2.522	19	2
2007	2.504	38	3
2008	3.164	29	3
2009	3.571	33	6
2010	2.695	23	3
2011	1.027	3	1
Total	88.024	294	33

Fonte: RANGEL, 2012.

Rangel (2012) ressalta que as matérias de gênero e de política correspondem a 1,1% da legislação de gênero e que 57,6% dessas matérias é decreto presidencial. A maior parte do restante das matérias foi apresentada por parlamentares homens, pois as mulheres parlamentares no Congresso dedicam-se principalmente a temas do trabalho e da previdência. Outro foco de preocupação das legisladoras é a violência sexista (RANGEL, 2012, p. 102-103).

Pelo que vimos em Pitkin e em Young, o assunto representação se insere em uma conjuntura ampla e complexa, que envolve vários aspectos, como escolhas, como desempenho dos representantes, como crises. Ficou claro que é urgente a necessidade de promover a pluralidade de opiniões nas discussões e nas tomadas de decisões políticas, o que é feito por meio de escolhas.

No que diz respeito às mulheres no Brasil, as leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009 buscam reservar e preencher a representação das mulheres na área política nacional, respectivamente. Por meio de revisão de literatura, ou de revisão bibliográfica, este trabalho analisou essas leis. Entendemos revisão bibliográfica como um tipo de texto que reúne e que discute informações produzidas na área de estudo, dentro de um prazo definido, com o escopo de demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno de determinado assunto. Pode ser a própria revisão um trabalho completo. Os trabalhos de revisão:

São estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

3.3 Análise das Leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009

Young (2006) afirma que, em uma sociedade complexa e constituída por milhões de pessoas, discussões e decisões democráticas devem ser “fluidas, sobrepostas e divergentes [...] pois o processo político pressupõe a expressão de perspectivas diversas, o respeito pelas formas múltiplas de expressá-las e o debate entre elas.” (YOUNG, 2006, p. 144). A inclusão de minorias nesse processo é uma forma de intensificar a democracia, porque manifestações de perspectivas distintas demonstram visões particulares dos problemas em discussão, ampliam os conhecimentos que servem de base para as discussões e as deliberações e, conseqüentemente, para a solução dos problemas (SACCHET, 2012).

No contexto dessas sociedades são muito frequentes as queixas que apontam o caráter excludente das normas de representação. As pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais têm afinidade não são devidamente representados nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação. Essas demandas evidenciam que numa sociedade ampla e com muitas questões complexas os representantes formais e informais canalizam a influência que as pessoas podem exercer. Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais. (YOUNG, 2006, p. 141).

Um dos exemplos de sub-representação é a maior ocupação das legislaturas por homens, que não representam as mulheres devidamente. Por isso, governos como o brasileiro, estabeleceram medidas para propiciar o aumento da presença feminina nas instituições

legislativas. Tais medidas geralmente determinam que os partidos políticos aumentem a proporção de inclusão de mulheres como candidatas.

Alguns governos têm decretado medidas voltadas a proporcionar maior presença feminina nos órgãos legislativos, geralmente determinando que os partidos incluam uma certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatos. Nos países que não contam com tais dispositivos é crescente a mobilização das mulheres pela adoção de medidas nesse sentido, ao passo que diversos partidos têm reconhecido que suas listas não são devidamente representativas sem uma certa proporção de candidaturas femininas, ainda que a lei não o exija (YOUNG, 2006, p. 140).

No Anexo 1, são demonstradas as representações femininas em assentos dos parlamentos de vários países em 1998. Entendemos que se trata de uma questão de distribuição, quando os governos determinam a maior participação das representações femininas nos assentos dos parlamentos e de reconhecimento, quando partidos consideram desproporcional essa participação em relação à masculina.

Santos (2007), citando Fraser (2002), explica que redistribuição e reconhecimento “são dimensões da justiça e devem ser considerados de forma conjunta e não como uma antítese em que escolher uma das respostas implica, necessariamente, na exclusão da outra.” (SANTOS, 2007, p. 77). A primeira está relacionada com a dimensão moral dos direitos, com a noção de classe e com problemas de marginalização e das situações decorrentes, como exploração e privação; o segundo é associado à ética da necessidade de se promover a autorrealização, à busca de um *status* melhor de vida, à identidade e a problemas de dominação cultural e de falta de respeito, por exemplo.

No Brasil, a Lei nº 9.504/1997, em seu artigo 10, § 3º, rezou que, de suas vagas, cada partido político deveria “**reservar** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” (BRASIL, 1997, grifo nosso). Essa lei se diferencia da Lei nº 9.100/1995 nos seguintes aspectos: o percentual de candidaturas femininas estipuladas pelas cotas; ausência de uma cota mínima para mulheres, mas, sim, um sistema de cotas mínimas e máximas para as candidaturas de ambos os sexos; ampliação de sua aplicação aos cargos legislativos de todos os níveis. Pelo artigo 11, § 3º da Lei nº 9.100/1995, “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995) em nível municipal, ou seja, a Lei nº 9.504/1997 avançou nesse sentido.

Segundo Young (2006), a regra instituída pela Lei nº 9.100/1995 foi chamada, pela doutrina e pela jurisprudência, de “cota eleitoral de gênero”. As cotas exercem uma função importante na democracia representativa. De acordo com a autora:

Cotas para mulheres em listas de candidatos e regras sobre uma certa proporção de membros de grupos raciais ou étnicos minoritários em convenções partidárias frequentemente são modos aceitáveis e desejáveis de promover a inclusão de perspectivas e interesses diversificados. Esse método não discrimina membros de grupos e os inclui nas deliberações partidárias. Dependendo da quantidade de partidos e dos sistemas de votação, os eleitores de todos os grupos continuam a ter diversas opções de candidatos (YOUNG, 2006, p. 183).

Entretanto, no entendimento de Phillips (1995 apud SACCHET, 2012), a estipulação de cotas constitui uma política de equiparação de acesso político a minorias e não um mecanismo de representação de grupo. As cotas deveriam estabelecer a paridade na representação de homens e de mulheres em fóruns políticos e decisórios, pois a maior cidadania das mulheres envolve sua inclusão nesses processos. Porém, embora a Lei das Eleições (nº 9504/1997) represente um avanço em relação à participação feminina na vida política do país, seus termos estão distantes dessa proposta, porque “reservar” significa guardar, destinar, isto é, o acesso poderia ser destinado, mas não preenchido.

Podemos dizer que, de modo geral, o termo “reservar” não teve poder suficiente para atrair a atenção das mulheres, pelo menos tanto quanto se esperava diante da luta dos movimentos feministas. Apesar disso, gerou alguns recursos jurídicos, como os abaixo citados em relação à obrigatoriedade da reserva e a questões matemáticas:

Res.-TSE nº 23.270/2010: utilização do sistema CANDex para gerar as mídias relativas aos pedidos de registro e aviso aos partidos e coligações quanto aos percentuais mínimo e máximo de cada sexo.

Ac.-TSE, de 12.8.2010, no REspe nº 78432 e Ac.-TSE, de 9.9.2010, no AgR-REspe nº 84672: obrigatoriedade de atendimento aos percentuais previstos neste dispositivo, os quais têm por base de cálculo o número de candidatos efetivamente lançados pelos partidos e coligações, não se levando em conta os limites estabelecidos no art. 10, *caput* e § 1º, desta lei. O não atendimento aos respectivos percentuais impõe o retorno dos autos ao TRE, a fim de que, após a devida intimação do partido, se proceda ao ajuste e à regularização na forma da lei.

Ac.-TSE, de 8.9.2010, no REspe nº 64228: irrelevância do surgimento de fração, ainda que superior a 0,5% (meio por cento), em relação a quaisquer dos gêneros, se o partido político deixar de esgotar as possibilidades de indicação de candidatos (TSE, 2010).

A Lei nº 12.034/2009 alterou a Lei nº 9.504/1997, especificamente a redação do art. 10, ao estabelecer que, de suas vagas, cada partido político ou coligação deveria “**preencher**

o mínimo de trinta por cento (30%) e o máximo de setenta por cento (70%) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 2009, grifo nosso). Esta lei dá continuidade à política de cotas, mas seus termos são mais exatos que os da lei anterior, pois preencher significa ocupar espaço. Como somente se ocupa o espaço que há, a palavra “preencher” tem implícito o termo “reservado”. Por isso, valendo-nos de Fraser (2002), podemos compreender que a Lei nº 12.034/2009 está relacionada, primeiramente, ao reconhecimento, isto é, à identidade da mulher, com questões da dominação cultural e da falta de respeito, enfim, com a ética que envolve a realização da mulher; depois, com a redistribuição, que, por sua vez, implica a redistribuição dos assentos no Parlamento.

Entretanto, Fraser (2002), embora distinga os focos da redistribuição e do reconhecimento, afirma que os separar é encobrir as outras perspectivas que estão por trás deles, como, por exemplo, questões de racismo e de sexismo. Enquanto a questão redistributiva influencia a divisão do trabalho e a mudança estrutural da propriedade, a questão do reconhecimento diz respeito à valorização cultural diversificada e a mudanças nos padrões de interpretação, de representação e de comunicação. Inclusive, uma das demandas que diferencia redistribuição e de reconhecimento é a interpretação generalizada de que uma exclui a outra, interpretação que é baseada na percepção de que há diferença entre os gêneros.

Miguel (2009), citando Phillips, afirma:

As cotas não ampliam a representação das mulheres, apenas o número de mulheres atuando como representantes. Quer dizer, elas não garantem, por si só, que o sistema político se torne mais receptivo às demandas das mulheres (MIGUEL, 2009, p. 34).

Um maior número de representantes femininas na política é importante para superar a desigualdade numérica em relação aos representantes masculinos. Porém, esse maior número de representantes femininas somente vai constituir uma representação efetiva dos interesses das mulheres quando as demandas pelas questões do universo feminino forem equiparadas às demandas masculinas. Essa equiparação constitui o real avanço da representatividade feminina no Parlamento e pode ser feita por meio de uma agenda política que permita maior visibilidade às questões do universo feminino.

Henrique (2012, p. 10), professora e pesquisadora, afirma que o percentual de mulheres candidatas a deputada federal foi 12,7% em 2006; esse percentual aumentou para 19,4% em 2010, quando, nas eleições estaduais e distrital, o aumento foi de 59,2% em relação a 2006. Porém, a ampliação do número de cadeiras para as mulheres foi de apenas 10,5%. Na

Câmara dos Deputados, a bancada se manteve em 45 deputadas nas 53^a e 54^a legislaturas e, no Senado, o número de senadoras aumentou de 10 (em 2006) para 12 (em 2010). Porém, apesar desse aumento, a quantidade de mulheres eleitas ainda se mostra bem pequena, ou seja, o maior número de candidatas não teve a mesma proporção de eleitas.

Foram 10,82% em 2006 contra 11,67% em 2010, quando elegemos uma presidenta da República. No Legislativo, a proporção de eleitas mantém-se: 45 deputadas em 2006 e em 2010; 4 senadoras em 2006 (renovação de 1/3) e 8 senadoras em 2010 (renovação de 2/3) (HENRIQUE, 2012, p. 3).

Henrique (2012) expõe que o levantamento feito pela Coordenação de Pesquisa do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados mostra que, no Brasil, nunca houve uma mulher ocupante do posto de presidente da Câmara dos Deputados desde a 1^a República, em 1891. O cargo mais alto alcançado por uma mulher foi de 1^a vice-presidente na atual legislatura (54^a), ocupado pela deputada Rose de Freitas do PMDB-ES. De acordo com a autora, “o chamado teto de vidro continua impedindo o acesso das mulheres aos cargos mais altos dentro e fora do parlamento” (HENRIQUE, 2012, p. 27). Entendemos o teto de vidro como uma barreira invisível que é mais cultural que institucional e que mantém as mulheres em posição de desigualdade no cenário público ou privado.

As políticas de cotas são necessárias ao enfrentamento de assimetrias entre grupos sociais. Porém, elas não são suficientes, porque as questões que envolvem as representações políticas não se limitam aos gêneros em si, mas, também à cultura, aos símbolos, aos papéis sociais e outros. Nesse sentido, Miguel (2009) argumenta que “mesmo que a reserva de candidaturas reverta plenamente em ampliação do número de mulheres no poder legislativo, ainda falta conseguir acesso às posições centrais do campo político” (MIGUEL, 2009, p. 34).

Ante a abertura e o reconhecimento da necessidade de participação das mulheres nos assentos parlamentares, trazidos respectivamente pelas leis nº 9.504/1007 e nº 12.034/2009, resta questionar: considerando-se os pequenos resultados obtidos pelas mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados após essas leis, como se configurou o perfil das eleições de parlamentares em 2006 e em 2010?

4 PERFIL DAS ELEIÇÕES DE PARLAMENTARES EM 2006 E 2010

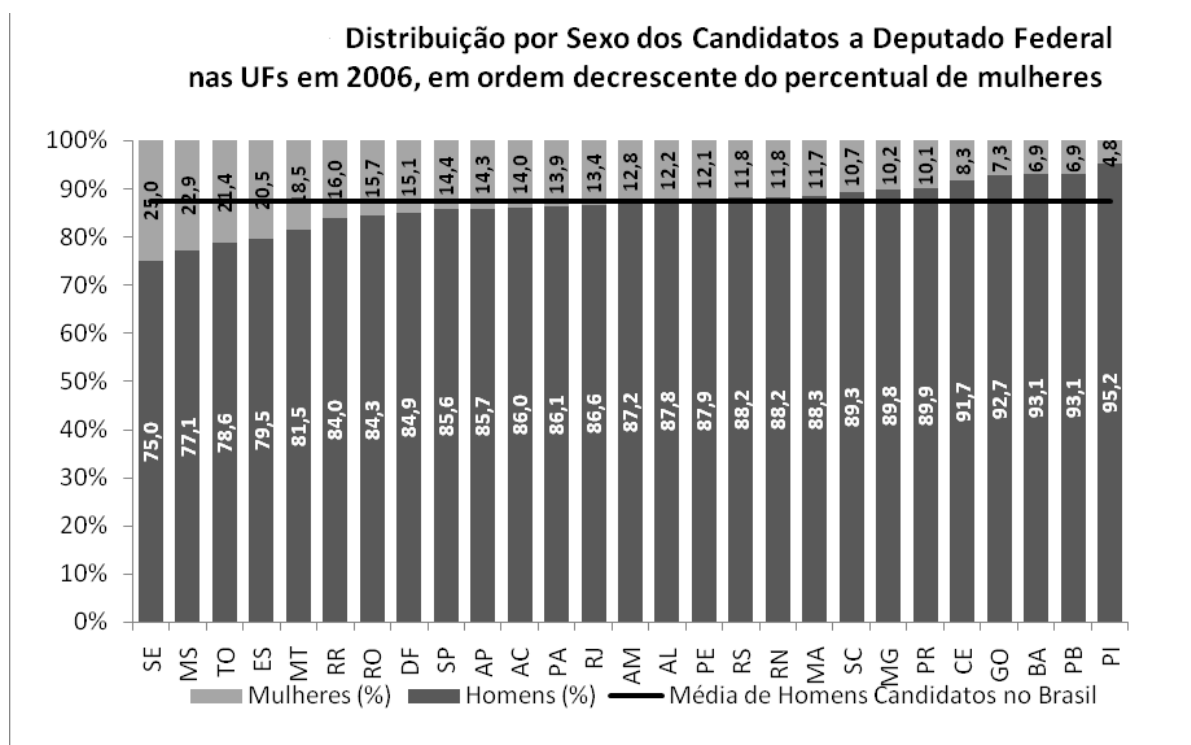
Os resultados das eleições de 2006 e de 2010 para a Câmara de Deputados são objeto de verificação da ampliação da representatividade feminina parlamentar, após 15 anos da

edição da Lei nº 9.504/1997, que instituiu as cotas, e três anos da Lei nº 12.034/2009, que previu o preenchimento de assentos por candidatas no Parlamento. Por meio de sua análise, buscar-se-á alcançar o objetivo proposto neste estudo: verificar possíveis fatores limitantes à ampliação dessa representatividade feminina parlamentar em nível nacional após a vigência das referidas leis.

4.1 Eleições de 2006 e de 2010

Analisando a representação feminina eleita para a Câmara dos Deputados em 2006, Costa (2008, p. 86) apresentou o seguinte resultado comparativo por candidatos, por gênero e por unidade da federação (UF):

GRÁFICO 1 – Distribuição de Candidatos a Deputado Federal por UF e por Gênero



Fonte: COSTA, 2008

Por esses resultados, verifica-se que o percentual de candidatas à eleição da Câmara dos Deputados não demonstra concentração quanto às regiões do país, ou seja, não se pode dizer que haja um perfil que caracterize determinada região como a que apresenta uma melhor distribuição de candidatos em relação ao gênero. Na região nordeste, por exemplo, enquanto

Sergipe teve o maior percentual de candidatas, o Piauí teve a representatividade mais baixa. Por outro lado, observa-se que os resultados dos estados da Paraíba, do Ceará e da Bahia, na região nordeste, têm diferenças pouco significativas em relação ao estado de Goiás.

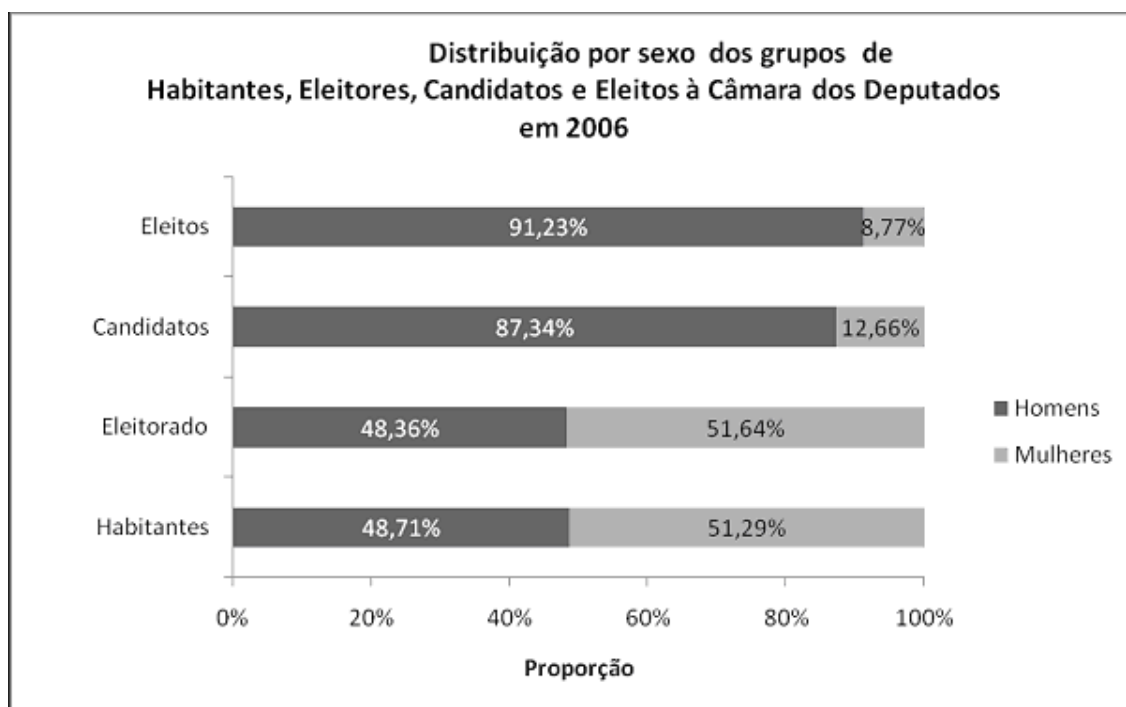
Costa (2008, p. 87) avalia que “as mulheres candidatas ocupam menos de 13% da área delimitada pelas barras. A média brasileira de homens foi de cerca de 83,7% dos candidatos, e a de mulheres foi somente 12,7%”. Mesmo em Sergipe, que demonstrou o maior percentual de candidatas do país, a proporção foi inferior ao percentual de seu eleitorado feminino (52,1%). Por sua vez, a proporção de candidatas de Alagoas e de Piauí (respectivamente menor e maior ultrapassagem da média) ficou abaixo da média nacional.

Avelar (2004, p. 229-230) questiona o seguinte: “O que leva os indivíduos a participar da política?” A autora afirma que alguns modelos tentam explicar por que algumas pessoas rompem com a falta de interesse e com o sistema de vida privado e se envolvem com as atividades políticas. Os modelos são: a) da centralidade, segundo o qual a intensidade da participação decorre da posição social do indivíduo. Quanto mais central ele se encontra na estrutura social, maior é a participação, pela agregação e pela concentração de recursos materiais (como dinheiro) e simbólicos (como prestígio) que contribuem para a autoconfiança. A falta de recursos e de consciência sobre os direitos inibe a participação dos indivíduos; b) da consciência de classe, pela qual a educação política pode superar as condições do baixo *status* social. Segundo Avelar, quanto mais o indivíduo participa da vida política, mais ele adquire consciência de sua situação de desigualdade; quanto maior a consciência de sua situação, mais tende a participar; c) da utilitária, ou escolha racional, baseada na noção de que o indivíduo é racional e apenas se decide a participar se os benefícios superarem a não participação. Há uma crítica a este modelo teórico, conforme a qual nem sempre a relação custo/benefício pode explicar o real envolvimento na política; d) da identidade, que representa a participação construída na experiência, como no caso das redes de solidariedade e de outras que servem de base à identidade de seus membros com a coletividade.

Avelar (2004) argumenta, ainda, que contrastes explicam a diferença entre os modelos da utilidade e da identidade: enquanto o primeiro tem origem na tradição do contratualismo, cuja ênfase da ação está no indivíduo, o segundo se origina do pensamento das sociedades do reconhecimento, e tem seu foco na luta por esse reconhecimento. “O reconhecimento constitui a base fundamental para a existência humana” (AVELAR, 2004, p. 231).

Quanto aos candidatos eleitos para a Câmara dos Deputados, distribuídos por gênero, por habitantes e por eleitores, os resultados foram:

GRÁFICO 2 – Resultado das Eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados



Fonte: COSTA, 2008

Os dados gerais mostram que o percentual de candidatos eleitos foi muito superior ao de candidatas eleitas, demonstrando uma inversão quanto ao percentual de eleitores por gênero que, apesar da diferença entre o masculino e o feminino não ser muito significativa. A representatividade de mulheres candidatas (12,66%) também foi muito aquém do percentual do eleitorado feminino (51,64%), significando pouca disposição das mulheres à candidatura de um cargo político em nível federal em 2006, quando a Lei nº 9.504/1997, então em vigor, estabelecia que partidos e coligações deveriam reservar o mínimo de 30% de vagas para candidaturas de cada sexo.

Costa (2008, p. 100) avalia que, num universo de 4.946, 4.319 eram homens (87,33%) e 627, mulheres (12,67%). Dos 513 eleitos, 45 são mulheres, equivalentes a 8,77% do total de membros da Câmara.

Isso dá a entender que, no geral, a variável sexo é importante na definição das candidaturas, e que aparentemente os indivíduos do sexo masculino são privilegiados. A situação se aprofunda um pouco no que se refere ao grupo dos eleitos, uma vez que o percentual de mulheres entre eles, em média, é ainda menor que o de candidatas dos - 513 deputados eleitos em 2006, apenas 8,77% são mulheres (COSTA, 2008, p. 101).

Esse quadro de pequena representação da mulher na área política torna central a questão explicitada por Pinto (2010): “que mulheres queremos nos cenários políticos?” Ou queremos “todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder?” (PINTO, 2010, p. 44). A autora ainda questiona se estamos querendo eleger, para os parlamentos, mulheres feministas, defensoras de grandes causas do movimento. Geralmente, segundo ela, movimentos sociais tendem a confirmar a segunda alternativa e são evasivos em relação à primeira, argumentando que as mulheres não lutam por suas causas nem se reconhecem como sujeitos políticos. Porém, independentemente disso, ela afirma que a simples presença de mulheres vitoriosas na concorrência eleitoral, feministas ou não, revela a posição que a mulher ocupa no espaço público da sociedade.

Sobre a participação feminina nas eleições de 2010, a APG (2010) trouxe o seguinte comentário: “Uma mulher é eleita presidente da República. Na contramão desta conquista, o Brasil só tem 8,8% de mulheres ocupando cargos eletivos e, de todos os países da América Latina, só não perde para o Panamá. Na Argentina e Costa Rica, são 38%”.

No Anexo 2, encontra-se o demonstrativo de ocupação dos parlamentos por mulheres em 2010. Apenas para comparar com candidatos eleitos para outros cargos, abaixo segue a Tabela 2, demonstrando que a representatividade feminina para Câmara dos Deputados situa-se entre os resultados mais baixos.

TABELA 2 - Candidatas Eleitas em 2006

Eleições 2006 Número de Candidatas Eleitas											
Cargos	Governo federal N. A. %		Governo estadual N.A. %		Senado Federal N.A. %		Câm. Deputados N.A. %		Assembleias/ Câmaras N. A. %		TOTAL N.A. %
Candidatas	2	100	26	100	35	100	652	100	1783	100	2498
Eleitas	0	0	3	11,5	4	11,4	46	7	123	6,8	176

Fonte: SANTOS (2007)

4.1.1 Eleições de 2010

Nas eleições de 2010, bem como nas de 2006, o número de eleitoras em todo o país era superior ao de eleitores:

TABELA 3 – Eleitorado por Gênero

Comparativo de Gênero do Eleitorado					
Eleição	Total de eleitores	Mulheres	Homens	% de Mulheres	% de Homens
2010	153.804.433	70.373.971	65.282.009	51,82%	48,07%

Fonte: TSE, 2010.

Desse total de eleitores, saíram 241 candidatos ao Senado Federal, dos quais, 32 eram mulheres (13,3%). Esse percentual foi inferior ao de 2006, que teve 35 candidatas (16%). Para a Câmara dos Deputados, 225 mulheres se candidataram. Foram impugnadas 28,8% das candidaturas femininas apresentadas e apenas 13% das candidaturas de homens. A pesquisa de acompanhamento das eleições 2010, realizada pelo Consórcio Bertha Lutz, além dos dados acima, verificou que as chances de uma mulher eleger-se deputada estadual é 23 vezes maior do que as outras candidaturas; para deputada federal, a chance é 16 vezes maior (APG, 2010).

Para a socióloga Clara Araújo (apud APG, 2010, p. 2-3), a diferença no número de candidatos homens e mulheres e de impugnações deve-se, entre outros, “ao fato de alguns partidos lançarem mulheres somente para alcançar a cota, sem cumprir todas as exigências legais”. Também nessas eleições, “Os homens exploraram mais a imagem do Presidente Lula ou de governadores de peso do que as mulheres” (ARAÚJO apud APG, 2010, p. 2). Araújo explica que os votos das mulheres em 2010 foram dispersos, menos concentrados, tanto quanto em 2006. Ela cita:

Um exemplo mais radical: nas eleições de 2006, em Pernambuco, Ana Arraes teve 90% dos votos das cinco mulheres candidatas. Os partidos, portanto, investem e lançam as mulheres com mais competitividade e com maior chance de conseguir votos [...] Isso não ocorre entre os candidatos homens, cujos votos são melhor distribuídos; há, portanto, maior possibilidade de competitividade entre eles. A probabilidade de uma mulher ser eleita está mais associada ao potencial de votos que essa mulher tem, independentemente do partido, ou seja, dos votos que irá trazer para o partido, do que ao número de mulheres que são lançadas e eleitas em um determinado partido. Isso vale para homens e mulheres, mas muito mais para mulheres (ARAÚJO apud APG, 2010, p. 3-4).

O percentual de votos obtido pela deputada Ana Arraes pode ser exemplo de uma representação formalista, por ser ela filha do falecido ex-Governador Miguel Arraes, político de tradição e de grande expressão no Nordeste, e mãe do então e atual governador desse estado, Eduardo Campos. Se, por um lado, ela já possuía esse *status* familiar, com uma atuação modesta na Câmara dos Deputados, segundo o comentarista político Gerson Camarotti (2011), por outro, ela foi foco de um arranjo institucional orquestrado pelo filho e,

depois, pelo próprio partido ao qual é filiada, o PSB. Esse é outro aspecto da representação formalista, segundo a qual os arranjos institucionais precedem e dão origem à representação. Neste caso, ela tem uma dimensão de autorização, isto é, aquela baseada em arranjos formais, na delegação de autoridade de um para o outro.

Em 2006, diante da difícil disputa eleitoral para o governo de Pernambuco, o então deputado federal Eduardo Campos (PSB) e candidato ao governo estadual na ocasião precisava de um plano reserva para compensar uma eventual derrota sua. Com um número reduzido de aliados, decidiu lançar a mãe como candidata a deputada federal com dois objetivos: atrair votos para a eleição proporcional (de deputados) e garantir uma estrutura política em Brasília, caso não fosse eleito. [...] Na Câmara dos Deputados, ganhou um pouco mais de visibilidade no segundo mandato, iniciado no início deste ano, depois de ter sido a mais votada do estado, eleita com 387 mil votos. O passado do pai e o presente atuante do filho ajudaram não apenas na votação expressiva como também na decisão da bancada do PSB de escolher como líder na Câmara. Sua candidatura ao Tribunal de Contas da União surgiu da articulação de um grupo de deputados do PSB, do governador Eduardo Campos e do ministro do TCU José Múcio, também pernambucano. A primeira opção do grupo foi o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Mas com a indefinição de Aldo - que demorou a se decidir -, Eduardo Campos acabou liderando a campanha a favor da mãe e se empenhou pessoalmente para retirar outras candidaturas e, com isso, fortalecer a posição dela na disputa (CAMAROTTI, 2011, p. 1-2).

Da mesma forma, por ser filha de um político de grande representatividade na região nordeste, a deputada Ana Arraes, nas eleições de 2010, não deixou de ter, também, sua representação avaliada no sentido da dimensão simbólica, por representar, emblematicamente, uma cultura, a do Nordeste. Nesse sentido, os partidos políticos podem ser um importante instrumento no sentido de fortalecer as candidaturas, pois podem aplicar princípios e valores ao processo de representação. Eles propiciam medidas afirmativas para a representação de grupos, de listas de candidatos, de convenções, principalmente quando esses partidos são grandes ou consolidados e detêm poder político (YOUNG, 2006).

Segundo Costa (2008), mesmo tendo sido removidas as barreiras legais ao voto e à candidatura das mulheres e mesmo tendo havido grandes avanços educacionais e ocupacionais no mercado de trabalho, no Brasil, o número de mulheres eleitas ainda persiste reduzido em relação às candidatas, bem como o número destas em relação ao eleitorado feminino. Rangel (2008, p. 2), avaliando a legitimidade da representação política de câmaras municipais e assembleias legislativas, afirmou que, com os percentuais que apresentam essas câmaras “só serão representativas se forem, elas próprias, uma sociedade em miniatura”. Essa

comparação pode ser feita também em relação à Câmara dos Deputados, cuja composição conta apenas com cerca de 10% de mulheres.

Na Tabela 4, encontram-se discriminados os resultados dos candidatos eleitos por gênero, demonstrando a inexistência de concentrações em determinada unidade da federação ou em alguma região do país:

TABELA 4 - Resultado de Candidatos Eleitos à Câmara Federal por UF

Deputadas eleitas para a Câmara Federal por Região e Unidade da Federação – Eleições 2010						
Região	Estado	Bancada Federal	Número de Mulheres	% de Mulheres	Número de Homens	% de Homens
NORTE	Acre	8	2	25%	6	75%
	Amazonas	8	1	12%	7	87,5%
	Amapá	8	3	37	5	62,5%
	Pará	17	1	5,88%	16	94,12%
	Rondônia	8	1	12,5%	7	87,5%
	Roraima	8	1	12,5%	7	87,5%
	Tocantins	8	1	15,5%	7	87,5%
	Total	65	10	15,38	55	84,62%
NORDESTE	Alagoas	9	2	22,22%	7	77,78%
	Bahia	39	1	2,56%	38	97,44%
	Ceará	22	1	4,54%	21	95,46%
	Maranhão	18	1	5,55%	17	94,45%
	Paraíba	12	1	8,33%	11	91,67%
	Pernambuco	25	2	8%	23	92%
	Piauí	10	1	10%	9	90%
	Rio Gde. do Norte	8	2	25%	6	75%
	Sergipe	8	0	-	8	100%
	Total	151	11	7,28%	140	92,72%
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	8	2	25%	6	75%
	Goiás	17	2	11,76%	15	88,24%
	Mato Grosso	8	0	-	8	100%
	Mato Grosso Sul	8	0	-	8	100%
	Total	179	15	8,38%	164	91,62%
SUDESTE	Espírito Santo	10	4	40%	6	60%
	Minas Gerais	53	1	1,88%	52	98,12%
	Rio de Janeiro	46	4	8,7%	42	91,3%
	São Paulo	70	6	8,57% ⁶⁴	64	91,43%
	Total	179	15	8,38%	164	91,62%
SUL	Paraná	30	2	6,66%	28	93,34
	Santa Catarina	16	1	6,25%	15	93,75%
	Rio Gde. do Sul	31	2	6,45%	29	93,55%
	Total	77	5	6,5%	72	93,5%
	Brasil	513	45	8,772%	468	91,228%

Fonte: TSE, 2010.

Ante o que foi visto neste estudo, os resultados, aquém do esperado, observados no perfil das eleições de 2006 e de 2010, podem estar associados tanto a fatores materiais, específicos da política, quanto a fatores simbólicos, mais gerais, que fazem parte do imaginário social.

4.2 Considerações em torno de possíveis fatores limitantes à ampliação da representatividade feminina parlamentar em nível nacional

Consideremos, agora, fatores materiais e específicos, respectivamente, os que representam determinações político-legais, questões de estratégias e aspectos que dizem respeito à eleição de mulheres (como a distribuição de recursos para sua campanha, por exemplo) e fatores simbólicos e mais gerais, os que influenciam o modo de ver e de considerar as mulheres (como capazes apenas de gerir famílias, por exemplo) e aspectos do patriarcalismo que ainda persistem.

4.2.1 Fatores materiais e específicos

Um dos fatores materiais que não vem funcionando como deveria é a aplicação da Lei de Cotas. Ante um cenário de sub-representação política das mulheres no país, Rangel (2009) questiona por que as cotas não parecem eficazes no Brasil? E destaca:

Para alcançar a paridade de participação política entre homens e mulheres, não basta apenas instituir um mecanismo de ação afirmativa como as cotas. Diversas outras variáveis precisam interagir de forma a beneficiar o sistema, para que as cotas alcancem seus objetivos. Entre essas variáveis, estão: o sistema político como um todo, o sistema eleitoral, a cultura, fatores sócio-econômicos, entre outros. Em grande medida, o não sucesso da legislação se deve às singularidades tanto da norma quanto do sistema eleitoral do país. A adoção de listas abertas e a forte individualização das campanhas políticas contribuem para que as mulheres tenham muitas dificuldades para entrar no jogo eleitoral com possibilidades reais de eleição (RANGEL, 2009, p. 69).

Um estudo realizado por pesquisadores sobre a baixa eficácia das cotas no Brasil apontou as seguintes causas principais: a lei que não obriga os partidos a preencherem as cotas; as listas abertas que caracterizam o sistema político brasileiro, que são menos favoráveis à incorporação de excluídos; a profissionalização e os elevados custos das

campanhas; a ausência de investimento dos partidos na formação de mulheres para a política e outros (PINHEIRO; BRANCO, 2009).

A política de cotas representa uma estratégia positiva para a inserção feminina na área política, no momento em que os partidos políticos perdem muito de sua função tradicional, porque a política se torna personalizada. Porém, conforme Vaz (2009), ela não pode ser vista como uma medida isolada para solucionar a representação feminina no Parlamento, mas, sim, como um mecanismo para criar condições que favoreçam, mais rapidamente, a implementação de reivindicações femininas. Se, por um lado, o debate social iniciado logo após a Lei das Cotas possibilitou o ingresso de mulheres na vida política, por outro, tornou claros os problemas que impedem sua integração à vida política.

Miguel (2009) argumenta que não há punição para o não preenchimento das cotas e, por isso, as mulheres continuam representando muito menos dos 30% de candidatos previstos. Cada partido pode lançar um número de candidatos superior à quantidade de vagas, o que torna a ausência de candidatas menos notada. Além disso, os partidos não são obrigados a garantir as mínimas condições de competição às candidatas, isto é, as mulheres podem ter seu nome na lista de candidatos, mas não têm assegurada a disposição de nenhum recurso financeiro para custear a campanha e a propaganda no rádio e na televisão.

Em suas pesquisas, Rangel (2009) coletou várias informações de parlamentares de ambos os sexos quanto ao assunto: sobre a política de cotas, 74% das mulheres concordaram com punições para o partido que não cumprir as cotas, contra 27% dos homens; 63% das mulheres concordaram com a lista fechada com alternância de sexo, contra 16% dos homens; 85% das mulheres concordaram com a destinação de fundo para subsidiar a campanha de mulheres, contra 57% dos homens; 89% das mulheres concordaram com a destinação de parte do tempo de propaganda política a elas, em oposição a 57% dos homens; 93% das mulheres são favoráveis ao exclusivo financiamento público das campanhas eleitorais, contra 71% dos homens. Para a pesquisadora, “os parlamentares pareciam estar dispostos a perpetuar a sub-representação parlamentar feminina” (RANGEL, 2009, p. 71), pois, sobre a proposta de reforma política para aumentar a participação das mulheres, eles se inclinaram a concordar com medidas de caráter simbólico e não com medidas políticas obrigatórias.

Costa (2008) cita outras dificuldades da competição eleitoral para a inserção política de mulheres: a necessidade de melhor formação política para mulheres; a falta de mecanismos sociais que possam liberá-las de suas funções atribuídas tradicionalmente, para maior dedicação à função política; a falta de garantias de igualdade de condições nas concorrências

eleitorais; a maior dificuldade para angariar fundos de apoio a suas campanhas. Todos esses aspectos estão associados à Lei de Cotas, segundo a pesquisadora.

Há, ainda, limites institucionais no interior do sistema político. Um dos grandes problemas para as mulheres dentro dos partidos não é sua indicação como candidata, mas, sim, o fato de elas concorrerem, internamente, com seus colegas de partido e, externamente, com candidatos de outros partidos, em condições desiguais. A lógica do cálculo eleitoral privilegia os parlamentares que já têm mandato, e estes são, geralmente, homens. O tamanho dos partidos também tem influência sobre a eleição das mulheres: os médios são mais favoráveis a elas, enquanto os muito pequenos ou muito grandes usam cálculos inflexíveis em torno dos candidatos, priorizando os ganhos futuros com a eleição de alguns que demonstram maior potencial de eleição para representantes do partido. (SANTOS, 2007). Além disso, as mulheres têm como obstáculo o fato de muitos candidatos, com carreiras políticas consolidadas, se reelegerem com facilidade. A reeleição é indicador ou reforço de conservação do gênero masculino na distribuição dos gêneros em cargos políticos. Razões como essa justificam a demora das mulheres em construir uma carreira política: 52% das deputadas federais têm entre 45 e 59 anos, enquanto os legisladores homens com essa idade representam 48% de seu gênero.

Araújo (2005, apud SANTOS, 2007, p. 118) afirma que, entre os problemas vivenciados por muitas mulheres na concorrência a um cargo eletivo no Brasil, estão: o personalismo, “presente nas relações políticas e facilitado pela existência de práticas formais pouco institucionalizadas”, e o pouco grau de nacionalização dos partidos, isto é, há uma lacuna entre o que é decidido em suas instâncias nacionais e regionais.

4.2.2 Fatores simbólicos e gerais

Conforme Santos (2007) explica, contemporaneamente, há debates em torno do pressuposto de que o público é separado do privado, de que são esferas distintas e que, por esse motivo, devem ser analisadas de forma também separada. A esfera privada é aquela na qual o Estado não interfere, ou seja, este interfere na pública. Porém, em relação aos indivíduos, mesmo estando na área das relações privadas, há desigualdades entre mulheres e homens quanto ao exercício de seus direitos privados. Além disso, o patriarcalismo e a divisão sexual das atividades vão definir o que serve de referencial para os indivíduos,

centrando-se na figura masculina. Constrói-se, assim, a divisão social entre as esferas pública e privada.

A partir desse entendimento, Okin, cuja noção de gênero defende que a desigualdade entre os sexos resulta de fenômenos construídos socialmente, afirma que a separação entre público e privado é ideológica. Isso porque, com essa separação, a sociedade é apresentada em uma perspectiva androcêntrica, a qual diferencia os papéis sociais com base na diferença de sexo.

A perpetuação da dicotomia público-privado reproduz também estereótipos de gênero baseados em ideias de família e da condição das mulheres referenciadas de forma androcêntrica, em que os homens possuem liberdade no trato com suas propriedades (incluindo as mulheres sob sua 'proteção') sem que o Estado intervenha em suas relações privadas (OKIN, 1996 apud SANTOS, 2007, p. 46).

Segundo Álvares (2011), algumas razões simbólicas explicam a desigualdade na criação de práticas de participação com direito à representação política tanto feminina, quanto a masculina: argumentos voltados para a domesticidade feminina e a presença das mulheres de modo massivo nas tarefas do lar; estereótipos associados à definição dos papéis sexuais e dos tradicionais modelos de comportamento (a maioria das mulheres aceita o modelo tradicional e tudo o que nele se insere, como valores e conceitos); o sistema educacional também precário, reforçando e definindo as “carreiras tradicionais das mulheres”; a propagação de tabus, de mitos e de estereótipos sociais, também reforçando os modelos de comportamento esperados e afastando as mulheres de áreas consideradas primordialmente masculinas, como a política. Os estereótipos se alastram e prejudicam a imagem política das mulheres, por meio de frases como: “mulher não sabe votar, não sabe se comportar numa representação parlamentar, não sabe falar em público, não gosta de política.” (ÁLVARES, 2011, p. 5). Esse discurso é aprendido e vai se propagando ao longo do tempo e dos espaços, muitas vezes sendo verbalizado até pelas próprias mulheres. Camurça (2008, p. 3), por sua vez, afirma que o ambiente desfavorável às mulheres é criado pela cultura política patriarcal, que as desqualifica para a política, mantendo práticas e discursos discriminatórios que permeiam o senso comum, como: “lugar de mulher é em casa”, “mulher não é competente”.

Sow (2009) cita depoimentos de mulheres investidas em cargo político, não especificamente de deputadas federais, mas que podem ser aplicados a estas ou servir de comparação em alguns casos. No caso da dicotomia público-privado, ela transcreve:

As mulheres casadas sabem como é difícil a política. É muito mais fácil ser solteira, não ter marido. Os maridos exigem. Meu marido, quando eu chegava em casa, dizia assim: ‘Eu sou a fêmea, você é o macho. Estou aqui como a fêmea te esperando. São 10 horas da noite, e você não chega’. É assim, eles não aceitam² (GROSSI, 2001, p.184, apud SOW, 2009, p. 42).

Miguel e Biroli (2010) também citam a dupla jornada feminina como um dos motivos mais citados no que concerne ao baixo índice de ocupação de cargos políticos. Contudo, há candidatas que ingressam na vida política pela via familiar, como um desdobramento da tradição. As redes familiares de apoio são importantes, embora haja, por outro lado, indicações de que a prevalência desse apoio do capital familiar é maior quando a carreira política é vedada para as mulheres.

Pinto explica que há outra causa para a reduzida participação das mulheres na política: a frágil estrutura da democracia brasileira, na qual a agenda política é pressionada por graves problemas sociais. Neste sentido:

Sente-se ainda mais forte a presença do clientelismo e do coronelismo com um sistema partidário anárquico e *last but not least*, com desigualdades sociais que excluem pobres, mulheres, negros, velhos, a participação política, no sentido clássico do termo está dominada por homens adultos de meia idade, brancos e proprietários (PINTO, 1994 apud ÁLVARES, 2011, p. 7).

Há, ainda e sobretudo, uma causa com a qual a maioria dos autores pesquisados concorda: a influência da mídia. No cenário atual, o eleitorado tende a votar de forma diferente em cada eleição. O número de eleitores que não se identifica com os partidos políticos se avolumou, como demonstram pesquisas de opinião. Os candidatos e os partidos apresentam como estratégia eleitoral a construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos candidatos. Nesse contexto, com eleitores indecisos ou simplesmente querendo mudar, o papel da mídia é fundamental. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2011) afirmam que os noticiários não apresentam a mulher como sujeito de seu próprio discurso, mas, sim, confirmam as perspectivas sobre o gênero feminino, criadas e mantidas pela estrutura social e política desenvolvida através dos séculos. Isso diminui o “impacto potencial de perspectivas de mulheres e não sobre mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 25), o que poderia dar oportunidade a confrontações com os discursos circulados nos meios de comunicação.

² Prefeita Wilma de Farias – PSB/Natal/RN

Biroli (2011) descreve a relação entre mídia e estereótipos, situação que destaca o papel dos meios de comunicação como propagadores desses estereótipos. A autora destaca que, na relação entre mídia e exercício da dominação ou entre comunicação midiaticizada e reprodução da hegemonia, a mídia propaga os estereótipos por conta de sua centralidade na construção do ambiente social contemporâneo. Dessa forma, reforça determinadas visões de mundo, em detrimento de outras. A crítica feminista aos vieses de gênero na mídia pode ser considerada um exemplo dessa visão. O fato ocorre quando se enfoca a naturalização do pertencimento da mulher à esfera privada e aos arranjos familiares e quando se destaca o corpo e a aparência física da mulher.

Com esse cenário, verifica-se que a mídia é uma esfera de representação e tem participação privilegiada nas dinâmicas que dão visibilidade às vozes e às perspectivas sobre candidatos que tanto podem ganhar *status* e valor público, como o contrário. Nessa perspectiva, a visão de Bourdieu (2001, apud MIGUEL; BIROLI, 2005), quanto à dominação masculina, tem como um de seus fundamentos a imposição de pontos de vista específicos como se fossem universais, fazendo com que uma determinada posição sirva de norma para as demais. Geralmente, é o ponto de vista dos dominantes que, por meio do Estado, direta ou indiretamente, divulgam informações a serviço da ideologia, como forma de combater visões concorrentes. As próprias rotinas de produção da mídia têm objetivos nesse sentido, da mesma forma que os controladores das empresas agentes exercem seu poder na orientação da produção jornalística cotidiana, impondo visões parciais da realidade social embora reivindiquem, para si, a qualidade de imparcial.

Santos (2007) também aponta como causa da baixa participação feminina na área política os processos de socialização a que mulheres e homens são submetidos durante a vida, na escola, na família, na igreja e no trabalho. Na perspectiva de Bourdieu (2002 apud SANTOS, 2007), as crianças internalizam valores, crenças e regras que influenciam sua visão de vida futura e seu comportamento, tudo permeado de símbolos que perduram e que interferem na percepção da realidade. Por esse motivo, essas instituições têm um papel fundamental, tanto quanto o da mídia, na reprodução dos símbolos que permeiam os gêneros e o poder.

Henrique (2012) faz um resumo dos fatores que condicionam as eleições nacionais, no que diz respeito ao gênero:

Na análise comparada, em nível nacional, estadual ou local, no que tange ao gênero, seja dentro ou fora dos partidos, as mulheres costumam ser sub-

representadas nas assembleias (*legislatures*) (Norris, 2006; 2011b; Sacchet, 2009; Paiva, Mendonça Sobrinho, & Sara, 2011), onde ingressam principalmente por meio de partidos minoritários e politicamente mais fracos (Sampert, 2011), o que reforça a invisibilidade (Honneth, 2001) e o não reconhecimento (Taylor, 1994). Vencida a barreira do ingresso, mesmo em democracias estáveis, as mulheres que ocupam cargos políticos tendem a ter uma relação mais formal e mais crítica com relação à mídia (Aalberg & Strömbäck, 2011), que, por sua vez tende a representá-las de forma pessoal e sensacionalista (Sampert, *ibid.*), diferentemente do que ocorre com os ‘políticos profissionais’, reforçando o reconhecimento errôneo (*misrecognition*) (Taylor, *ibid.*) e a ‘impropriedade’ do *locus* de trabalho, como atesta a pesquisa nos países nórdicos e no Canadá supracitada, respectivamente (HENRIQUE, 2012, p. 3).

Segundo Sow (2009, p. 43), a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP) afirmou que é necessário ampliar a participação da mulher na vida política do país. Para tanto, porém, os partidos políticos devem investir na capacitação política das mulheres, visando a suas melhores condições de disputa nas eleições.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objeto de estudo a participação das mulheres nas eleições de 2006 e de 2010 para o Parlamento Nacional. O objetivo foi verificar possíveis fatores que limitassem a ampliação da representatividade feminina parlamentar em nível nacional após a edição das leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009.

Por meio desta revisão de literatura teórica e empírica e dos resultados das referidas eleições, pode-se dizer que esse objetivo foi alcançado. Identificou-se que a ampliação dessa representatividade não se concretiza devido a fatores limitantes específicos e de ordem material, bem como a fatores gerais e de ordem simbólica. Entendam-se por específicos os aspectos relacionados às mulheres, mas voltados especialmente às eleições; por gerais, os que se referem de maneira geral às mulheres, independentemente de candidaturas. Depreende-se que, ao se inserirem na política, as mulheres se veem envolvidas não apenas com o simbólico geral que as acompanha durante toda a vida, como também se expõem aos fatores materiais oriundos de uma concorrência desigual. Pode-se observar, porém, que alguns dos fatores materiais também são movidos pelos fatores simbólicos, como, por exemplo, o não investimento na formação política da mulher, por ser essa área considerada prioritariamente masculina.

Entende-se, por um lado, que os fatores materiais e específicos (recursos financeiros para a campanha, entre outros) compõem uma corrente contra a qual as mulheres devem lutar para ter acesso ao Parlamento, ou seja, para se eleger. Embora tais fatores também possam afetar qualquer candidato, eles são muito mais acirrados contra as candidatas. Por outro lado, os fatores simbólicos, que também podem opor-se à ampliação da participação feminina na área política, atingem as mulheres tanto pelo lado do eleitorado, com descrenças e dúvidas, quanto pelo lado dos correligionários, pelas mesmas razões. O fato confirma que ainda se vivencia muito da cultura patriarcal, que desqualifica as mulheres para a vida fora do âmbito domiciliar e, mais ainda, para a política.

Como as mulheres vêm se sobressaindo em várias áreas da vida social e profissional (educação, ciência e outros), os argumentos utilizados para combater sua inserção na vida política são frágeis e simbólicos. Se, por um lado, esses argumentos em nada diminuem a mulher por sua jornada familiar, por outro, são usados como instrumento de desqualificação de sua capacidade para o exercício da vida pública.

Assim, quanto aos objetivos deste trabalho, a conclusão é que as leis nº 9.504/1997 e nº 12.034/2009 são importantes instrumentos de enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres nos espaços políticos, como também nas esferas privadas, mas constituem apenas passos iniciais para a ampliação da participação feminina no Parlamento. Ficou claro, com os levantamentos dos fatores que envolvem as eleições de candidatas, que nenhuma lei, por si só, terá força suficiente para vencer aspectos culturais. Estes, em geral, fazem parte do próprio ambiente político e se refletem em ações e em procedimentos dos correligionários. Diante do exposto, compreende-se que essas leis não teriam como apresentar resultados imediatos com vistas a seus objetivos nas eleições que se seguiram às suas edições, pois ainda há muito a se combater.

Sugere-se que organizações feministas trabalhem no sentido de complementar as lacunas da Lei nº 12.034/2009 quanto ao cumprimento efetivo das cotas, à criação de meios de fiscalização relativos à destinação de recursos e de tempo de propaganda para as campanhas das mulheres e aos investimentos na formação política das candidatas. Em outra linha de trabalho, essas organizações podem desenvolver um trabalho massivo, voltado à identificação da mulher como um sujeito capaz e de direitos. É preciso que essas ações se voltem tanto às candidatas, quanto aos eleitores. Para tanto, consideram-se trabalho massivo as diferentes formas de mobilização de grupos sub-representados, desenvolvidas persistentemente e em frentes distintas, como a mobilização político-cultural em prol da conscientização das próprias mulheres quanto a seu valor como sujeito de direitos, demonstrando que essa consciência significa principalmente colocar-se de modo diferenciado nas relações, desde as familiares até as profissionais, rompendo com a submissão. É um trabalho a ser realizado de forma insistente, uma vez que se trata de mudança cultural; de mobilização social, incentivando uma educação cívica que fortaleça a cultura da igualdade de gêneros desde a escola primária, combatendo preconceitos desde a infância; de mobilização política com vistas à representação efetiva das mulheres e de outros grupos sub-representados na vida política do País. Assim, a priorização da educação do povo brasileiro, combinando iniciativas voltadas ao aumento da escolaridade nacional com ações focadas na educação para a cidadania, apresentará impacto significativo na qualidade da participação popular. Mudanças nessa qualidade de participação, por sua vez, produzirão efeitos na qualidade da representação política, o que se refletirá, finalmente, na qualidade da democracia.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>> Acesso em: 5 nov. 2012

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A sub-representação da mulher na política no Brasil e a nova política de cotas nas eleições de 2010**. Disponível em: <www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?> Acesso em: 20 out. 2012.

_____. **Bertha Lutz: precursora da luta feminista**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/08/02/bertha-lutz-precursora-da-luta-feminista-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> Acesso em: 20 out. 2012.

APG. Agência Patrícia Galvão. **Campanhas e candidaturas de mulheres: possibilidades e obstáculos**. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?>> Acesso em: 10 nov. 2012.

ASSINTEC. **Teoria do símbolo**. Disponível em: <http://www.assintec.org.br/index.php?system=news&news_id=193&action=read> 2011> Acesso em: 10 set 2012.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (Org.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Unesp, 2004, p. 223.

BBC Vida Social. **Cidadania activa: origem e evolução do conceito de cidadania**. Disponível em: <[bbc-cidadaniaactiva.com/..origem e evolução do conceito...](http://bbc-cidadaniaactiva.com/..origem_e_evolucao_do_conceito...)> Acesso em: 22 set. 2012.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: experiência de vida**. 2. ed. v. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1967.

BENITES, Flávio R. Gomes. Instituições e discurso: reflexão sobre o sujeito e o poder em Foucault. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 79, 2007.

BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercício de poder. **Revista Brasileira de Ciência e Política**, nº 6. Brasília, jul.-dez., 2011, p.71-98.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Loiai Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. Brasília: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 10 ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil. 2011.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 11 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em 15 set 2012.

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: < www.planalto.gov.br > Acesso em: 15 set 2012.

_____. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15. set. 2012

_____. **Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009**: Altera as Leis n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C., Democracia republicana e participativa. **Novos Estudos CEBRAP**, 71, mar. 2005, p. 77-91.

BRUNELLO, Eduardo Tadeu. **A instituição escolar e a reprodução das desigualdades de gênero**. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/GT_2011 > Acesso em: 19 out. 2012.

CAMAROTTI, Gerson. Ana Arraes, uma candidata vitoriosa articulada pelo filho. 2011. Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/brasil/ana-arraes-uma-candidata-vitoriosa-articulada-pelo-filho-2649723.html#ixzz2FV2EpNkk> > Acesso em: 9 nov 2012.

CAMURÇA, Sílvia. O feminismo e a situação das mulheres na política (fragmento). **Agenda Política Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB)**, 24 jul. 2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTAÑEDA, E. C. G.; VEIGA, L. F. A construção da imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais. **Em Debate**. Belo Horizonte, v.4. nº 3, jun. 2012, p. 57-65.

C. EDUCACIONAL. Central de Atualidades. **A Constituição Cidadã**: sociedade e cidadania em questão. 2011. Disponível em: < <http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/cidada.asp> >. Acesso em: 20 out 2012.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Trad. Vera da Costa e Silva. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivismo do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivia; MACÊDO, Márcia (orgs). **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998, p. 25-35.

COSTA, Thiago Cortez. **Representação política feminina**: modelos hierárquicos para análise dos resultados eleitorais de 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Escola nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo. Brasiliense, 1995.

DAVIS, Natalie Zemon. A mulher na 'política'. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**. Renascimento e idade moderna. Porto: Afrontamento, 1990.

DE BENEDICTO, Samuel Carvalho; PEREIRA, Wellington; STIEG, Carlos Maciel *et al.* Relações de gênero e poder: uma análise do comportamento humano nas organizações. In: **ENANGRAD XVII**, 2006, São Luís.

DIAS, Fillip Mariano; MÁXIMO, Jéssica. **Crise da contemporaneidade e o feminismo**. 2010. Disponível em: <educaleaks.dominiotemporario.com> Acesso em: 10 nov. 2012.

DISCH, Lisa. **Representation do's and don't's**: Hanna Pitkin's the concept of representation. 2005. Disponível em: <http://www.readbag.com/www2-univ-paris8-fr-scpolisadisch>> Acesso em: 5 nov. 2012.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminino dos anos. 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**. Século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 584-594.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. v. 1. São Paulo: Cortez, 1989. Biblioteca da educação (Série Três; mulher tempo).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23 ed. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Tradução de Teresa Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Out. 2002, p. 7-20. Nova Iorque: School of Social Research. Disponível em: <www.ces.uc.pt/rccs/includes.php?> Acesso em: 5 nov. 2012.

GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**. Renascimento e idade moderna. Porto: Afrontamento, 1990.

HENRIQUE, Ana Lúcia. Quem disse que mulher não gosta de política? Uma análise da representação feminina no Parlamento Jovem Brasileiro. **8º Encontro ABCP – Cultura Política**. Gramado/RS 1-4 Ago. 2012.

HENRIQUE, Ana Lúcia e BRAGA, Ricardo de João. Quem votou no Tiririca: comportamento eleitoral e representação do menos escolarizados na Câmara dos Deputados. **Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades**. UnB, Brasília, abr. 2012.

IFL. Instituto de Filosofia da Linguagem. **Dicionário de filosofia moral e política**. Disponível em: < <http://www.ifl.pt> > Acesso em: 20 jul. 2012.

JUGEND, Sheila Woller. **A atitude simbólica na obra de Carl Gustav Jung**. 1998. Resumo de monografia (Especialização em Psicologia Analítica) – PUC/PR. Disponível em: <www.symbolon.com.br/artigos/aatitude.htm> Acesso em: 19 out. 2012.

KLAPLISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.) **História das mulheres: a idade média**. 1990.

KIYOTA, Norma. A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no sudoeste do Paraná. 2007. Tese de doutorado. PGDR/UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: < www.lume.ufrgs.br > Acesso em: 10 out. 2012

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 25 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/11pdf>> Acesso em: 19 out.2012.

LOPES, Noêmia de Fátima S.; LOPES, Maria de Fátima; OLIVEIRA, Marcelo José *et al.* Religião, família e gênero entre lideranças comunitárias católicas de Soledade/MG. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 331-343, jul./dez. 2011 Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo10vol11-2.pdf>> Acesso em: 19 set. 2012.

LOURO, G. L. **Nas redes do conceito de gênero**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge>>. Acesso em: 9 set 2012.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. **Comunicação e Política**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano. Rio de Janeiro, v.22, n.3 set./dez. 2004.

_____. Entrevista. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, dez 2009.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política na mídia brasileira: parte da pesquisa. **Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil**. Editais nº 45/2005 e nº 61/2005.

_____. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 18, n.3, p. 653-679, set.-dez. 2010.

_____. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo, Unesp, 2011.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, v. 65, p. 71-94, 2005.

MOURA, Joana Tereza V. **A representação política de organizações da sociedade civil nos conselhos de segurança alimentar e nutricional e a busca pela legitimidade**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de Literatura. In: CAMPELO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ORIÁ, Ricardo. Perfil de Carlota Pereira de Queiroz. **Revista Plenarium**, Câmara dos Deputados, ano 1, nº 1. nov. 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, nº 1, p. 77-98, 2005.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, ano 9, 2º semestre, 2001.

PINHEIRO, Luana; BRANCO, Alexandre. Mulheres nos espaços de poder e decisão: o Brasil no cenário internacional. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, dez 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PITANGUY, Jacqueline. **As mulheres e a Constituição de 1988**. 2008. Disponível em: <www.cepia.org.br> Acesso em: 20 out 2012.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1967.

RANGEL, Patrícia. Existe democracia sem as mulheres? Uma reflexão sobre a função e o apoio às ações afirmativas na política. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, 2009.

_____. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil**, 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília.

_____. O que queremos do segundo turno das eleições municipais. CFEMEA. Out. 2008. Disponível em: <[http:// www.cefemea.org.br/index.php?](http://www.cefemea.org.br/index.php?)> Acesso em 18 nov. 2012.

REIS PRÁ, Jussara. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (org.) **Reinventando a sociedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas**: mulheres, espaço público e cidadania. Curitiba: Pinha, 1994.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, nº 2, nov.2009.

_____. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, 20(2): 256, maio-ago. 2012.

SANTOS, Janine Mello dos. **Gênero, representação e instituições**. Brasília, 2007. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação**: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. Florianópolis: Perspectiva, v 21, nº 1, p.121-149, jan./jun. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **Subsídios para a sua história**: as idéias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX. 2006. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SISSA, Giulia. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In: **História das mulheres**. Porto: Afrontamento, 1990, p. 86.

SOUZA, Adriana de. **A dominação masculina**: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu. Disponível em: < www.metodista.br > Acesso em: 13 out. 2012.

SOW, Marilene Mendes. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. Brasília, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso) - Programa de Pós-Graduação. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Câmara dos Deputados.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**: teoria, instituições, estratégia. Rio de Janeiro, Relume-dumurá, 1994.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. (Cadernos Pagu 3) 1994, p. 29-62.

THOMAS, Yan. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.) **História das mulheres no ocidente**. antiguidade. Porto: Afrontamento, 1990, p. 127.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: www.tse.jus.br/internet/eleicoes/eleicoes_2010. Acesso em: 28 out. 2012.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Res.-TSE nº 23.270/2010a**. Disponível em: <www.tse.jus.br/.../lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504> Acesso em: 30 out. 2012.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Ac.-TSE**, de **12.8.2010b**, no REspe nº 78432 e Ac.-TSE, de 9.9.2010, no AgR-REspe nº 84672. Disponível em: <www.tse.jus.br/hotSites/.../pdf/instrucoes-do-tse-eleicoes-2012.pdf> Acesso em: 30 out. 2012.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **REspe nº 64228c**. Disponível em: <www.tse.jus.br/hotSites/.../pdf/instrucoes-do-tse-eleicoes-2012.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira**: a lei de cotas. Brasília. Brasília, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso) Processo Legislativo - Programa de Pós-Graduação. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Câmara dos Deputados.

WEBER, Max. **Três tipos puros de poder legítimo**, 1922. Tradução Artur Mourão. Disponível em:< www.lososofia.net> Acesso em: 11.10.2012.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidades e minorias. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, n. 67, 2006.

ANEXO A



Situação em 25 de dezembro, 1998

WORLD
AND REGIONAL
AVERAGES



Os dados da tabela abaixo foi compilada pela União Inter-Parlamentar, com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais até 25 de Dezembro de 1997. **177 países** são classificados por **ordem decrescente do percentual de mulheres na Câmara baixa ou única**. Os dados comparativos sobre as médias mundiais e regionais, bem como os dados referentes aos dois assembléias parlamentares regionais eleitos por sufrágio directo podem ser encontrados em páginas separadas. Você pode usar o banco de dados PARLINE para ver os resultados detalhados das eleições parlamentares do país.



REGIONAL
PARLIAMENTARY
ASSEMBLIES

Novidade: agora você pode consultar um arquivo de dados estatísticos sobre as mulheres nos parlamentos nacionais.

WORLD CLASSIFICATION

Posição	País	Casa baixa ou única				Upper House ou do Senado			
		Eleições	Assentos	Mulheres	% W	Eleições	Assentos	Mulheres	% W
1	Suécia	09 1994	349	141	40,4	---	---	---	---
2	Noruega	09 1997	165	60	36,4	---	---	---	---
3	Finlândia	03 1995	200	67	33,5	---	---	---	---
4	Dinamarca	09 1994	179	59	33,0	---	---	---	---
5	Holanda	05 1994	150	47	31,3	05 1995	75	17	22,7
6	Nova Zelândia	10 1996	120	35	29,2	---	---	---	---
7	Argentina	10 1997	257	71	27,6	12 1995	72	4	5,6
8	Seychelles	07 1993	33	9	27,3	---	---	---	---
9	Áustria	12 1995	183	48	26,2	11 1994	64	13	20,3
"	Alemanha	10 1994	672	176	26,2	1997 *	69	13	18,8
"	Viet Nam	07 1997	450	118	26,2	---	---	---	---
10	Islândia	04 1995	63	16	25,4	---	---	---	---
11	Moçambique	10 1994	250	63	25,2	---	---	---	---
12	África do Sul	04 1994	400	100	25,0	04 1994	90	16	17,8
13	Espanha	03 1996	348	86	24,7	03 1996	256	34	13,3
14	Cuba	02 1993	589	134	22,8	---	---	---	---
15	Namíbia	12 1994	72	16	22,2	01 1992	26	1	3,8
16	Eritreia	02 1994	105	22	21,0	---	---	---	---

16	Suíça	10 1995	200	42	21,0	10 1995	46	8	17,4
17	Canadá	06 1997	301	62	20,6	1994	104	24	23,1
18	Dem. República Popular da Coreia	04 1990	687	138	20,1	---	---	---	---
19	Granada	06 1995	15	3	20,0	06 1995	13	?	?
"	Luxemburgo	06 1994	60	12	20,0	---	---	---	---
20	Reino Unido	05 1997	659	120	18,2	1997 *	1077	81	7,5
21	Uganda	06 1996	276	50	18,1	---	---	---	---
22	Turcomenistão	12 1994	50	9	18,0	---	---	---	---
23	Lituânia	10 1996	137	24	17,5	---	---	---	---
"	Unidos Rep. da Tanzânia	10 1995	275	48	17,5	---	---	---	---
24	Ruanda	11 1994	70	12	17,1	---	---	---	---
25	Costa Rica	02 1994	57	9	15,8	---	---	---	---
26	Suriname	05 1996	51	8	15,7	---	---	---	---
27	Austrália	03 1996	148	23	15,5	03 1996	76	23	30,3
"	El Salvador	03 1997	84	13	15,5	---	---	---	---
28	Bahamas	03 1997	40	6	15,0	03 1997	16	5	31,3
"	República Checa	05 1996	200	30	15,0	11 1996	81	9	11,1
29	Eslováquia	10 1994	150	22	14,7	---	---	---	---
"	Zimbábue	04 1995	150	22	14,7	---	---	---	---
30	México	07 1997	500	71	14,2	07 1997	128	16	12,5
31	Cazaquistão	12 1995	67	9	13,4	12 1995	47	4	8,5
32	São Cristóvão e Nevis	07 1995	15	2	13,3	---	---	---	---
33	Polônia	09 1997	460	60	13,0	09 1997	100	11	11,0
"	Portugal	10 1995	230	30	13,0	---	---	---	---
34	Bélgica	05 1995	150	19	12,7	05 1995	71	16	22,5
35	Guatemala	11 1995	80	10	12,5	---	---	---	---
36	Mali	07 1997	147	18	12,2	---	---	---	---
37	Azerbaijão	11 1995	125	15	12,0	---	---	---	---
"	Irlanda	06 1997	166	20	12,0	08 1997	60	11	18,3
38	Santa Lúcia	05 1997	17	2	11,8	05 1997	11	2	18,2
39	Colômbia	03 1994	163	19	11,7	03 1994	102	7	6,9
"	República Dominicana	05 1994	120	14	11,7	05 1994	30	1	3,3
"	Jamaica	03 1993	60	7	11,7	03 1993	21	3	14,3
"	San Marino	05 1993	60	7	11,7	---	---	---	---
"	Senegal	05 1993	120	14	11,7	---	---	---	---
"	EUA	11 1996	435	51	11,7	11 1996	100	9	9
40	Hungria	05 1994	386	44	11,4	---	---	---	---
"	Indonésia	05 1997	500	57	11,4	---	---	---	---
41	Cabo Verde	12 1995	72	8	11,1	---	---	---	---
"	Itália	04 1996	630	70	11,1	04 1996	326	26	8
"	Filipinas	05 1995	217	24	11,1	05 1995	24	4	16,7
"	Trinidad e Tobago	11 1995	36	4	11,1	11 1995	31	9	29,0

42	Estônia	03 1995	101	11	10,9	---	---	---	---
"	França	05 1997	577	63	10,9	09 1995	321	18	5,6
43	Bulgária	04 1997	240	26	10,8	---	---	---	---
"	Nicarágua	10 1996	93	10	10,8	---	---	---	---
"	Peru	04 1995	120	13	10,8	---	---	---	---
44	Barbados	09 1994	28	3	10,7	09 1994	21	6	28,6
45	Rússia	12 1995	450	46	10,2	1997 *	178	1	0,6
46	Guiné-Bissau	07 1994	100	10	10,0	---	---	---	---
47	Panamá	05 1994	72	7	9,7	---	---	---	---
"	Zâmbia	11 1996	155	15	9,7	---	---	---	---
48	República Árabe da Síria	08 1994	250	24	9,6	---	---	---	---
49	Angola	09 1992	220	21	9,5	---	---	---	---
"	São Vicente e Granadinas	02 1994	21	2	9,5	---	---	---	---
50	Dominica	06 1995	32	3	9,4	---	---	---	---
51	Bangladesh	06 1996	330	30	9,1	---	---	---	---
52	Burkina Faso	05 1997	111	10	9	12 1995	176	21	11,9
"	Gana	12 1996	200	18	9	---	---	---	---
"	Látvia	09 1995	100	9	9	---	---	---	---
53	Guiné Equatorial	11 1993	80	7	8,8	---	---	---	---
54	Botswana	10 1994	47	4	8,5	---	---	---	---
55	Gabão	12 1996	120	10	8,3	01 1997	89	10	11,2
"	Tuvalu	11 1993	12	1	8,3	---	---	---	---
56	Côte d'Ivoire	11 1995	175	14	8	---	---	---	---
57	Croácia	10 1995	127	10	7,9	04 1997	68	4	5,9
"	Mongólia	06 1996	76	6	7,9	---	---	---	---
58	Malásia	04 1995	192	15	7,8	04 1995	69	12	17,4
"	Eslovenia	11 1996	90	7	7,8	---	---	---	---
59	Maurício	12 1995	66	5	7,6	---	---	---	---
60	Chile	12 1993	120	9	7,5	12 1993	46	3	6,5
"	Israel	05 1996	120	9	7,5	---	---	---	---
61	Romênia	11 1996	343	25	7,3	11 1996	143	2	1,4
"	São Tomé e Príncipe	10 1994	55	4	7,3	---	---	---	---
62	Benin	03 1995	83	6	7,2	---	---	---	---
"	Índia	04 1996	545	39	7,2	04 1996	245	19	7,8
63	Andorra	02 1997	28	2	7,1	---	---	---	---
"	Uruguai	11 1994	99	7	7,1	11 1994	31	2	6,5
64	Guiné	06 1995	114	8	7	---	---	---	---
65	Geórgia	11 1995	231	16	6,9	---	---	---	---
66	Tunísia	03 1994	163	11	6,7	---	---	---	---
67	Brasil	10 1994	513	34	6,6	10 1994	81	6	7,4
68	Iraque	03 1996	250	16	6,4	---	---	---	---
69	Armênia	07 1995	190	12	6,3	---	---	---	---
"	Grécia	09 1996	300	19	6,3	---	---	---	---

"	Maldivas	12 1994	48	3	6,3	---	---	---	---
70	Uzbequistão	12 1994	250	15	6	---	---	---	---
71	Venezuela	12 1993	203	12	5,9	12 1993	50	4	8
72	Camboja	05 1993	120	7	5,8	---	---	---	---
"	Malta	10 1996	69	4	5,8	---	---	---	---
73	Camarões	05 1997	180	10	5,6	---	---	---	---
"	Malavi	05 1994	177	10	5,6	---	---	---	---
"	Mônaco	01 1993	18	1	5,6	---	---	---	---
"	Tailândia	11 1996	393	22	5,6	03 1996	260	21	8,1
74	Chipre	05 1996	56	3	5,4	---	---	---	---
75	Antígua e Barbuda	03 1994	19	1	5,3	03 1994	17	3	17,6
"	Sri Lanka	08 1994	225	12	5,3	---	---	---	---
"	Sudão	03 1996	400	21	5,3	---	---	---	---
76	Iugoslávia	11 1996	138	7	5,1	12 1993	40	3	7,5
77	Irã (Rep. Islâmica do)	03 1996	266	13	4,9	---	---	---	---
78	República da Moldávia	02 1994	104	5	4,8	---	---	---	---
"	Cingapura	01 1997	84	4	4,8	---	---	---	---
79	Japão	10 1996	500	23	4,6	07 1995	252	35	13,9
"	Lesoto	03 1993	65	3	4,6	05 1993	33	8	24,2
80	Fiji	02 1994	70	3	4,3	02 1994	34	3	8,8
81	Samoa	04 1996	49	2	4,1	---	---	---	---
82	Liechtenstein	02 1997	25	1	4,0	---	---	---	---
83	Ucrânia	03 1994	450	17	3,8	---	---	---	---
84	Equador	05 1996	82	3	3,7	---	---	---	---
"	Madagáscar	06 1993	134	5	3,7	---	---	---	---
85	Haiti	06 1995	83	3	3,6	04 1997	27	?	?
86	Central Africano República	08 1993	85	3	3,5	---	---	---	---
87	Belize	06 1993	29	1	3,4	06 1993	8	3	37,5
"	Nepal	11 1994	205	7	3,4	06 1995	60	5	8,3
88	A ARJ da Macedónia	10 1994	120	4	3,3	---	---	---	---
89	Argélia	06 1997	380	12	3,2	---	---	---	---
90	Suazilândia	09 1993	64	2	3,1	09 1993	30	6	20,0
91	Quênia	12 1992	202	6	3,0	---	---	---	---
"	República da Coreia	04 1996	299	9	3,0	---	---	---	---
92	Tajiquistão	02 1995	181	5	2,8	---	---	---	---
93	Paraguai	05 1993	80	2	2,5	05 1993	45	5	11,1
94	Chade	01 1997	125	3	2,4	---	---	---	---
"	Turquia	12 1995	550	13	2,4	---	---	---	---
95	Libano	08 1996	128	3	2,3	---	---	---	---
"	Paquistão	02 1997	217	5	2,3	03 1997	87	3	3,4
96	Butão	1997 *	150	3	2,0	---	---	---	---
"	Egito	11 1995	454	9	2,0	---	---	---	---
"	Etiópia	05 1995	537	11	2,0	05 1995	120	?	?

"	Gâmbia	01 1997	49	1	2,0	---	---	---	---
97	Papua Nova Guiné	06 1997	109	2	1,8	---	---	---	---
98	Quirguistão	02 1995	70	1	1,4	02 1995	35	4	11,4
99	Mauritânia	10 1996	79	1	1,3	04 1996	56	0	0,0
100	Níger	11 1996	83	1	1,2	---	---	---	---
"	Togo	02 1994	81	1	1,2	---	---	---	---
101	Marrocos	11 1997	325	2	0,6	12 1997	270	2	0,7
102	Comores	12 1996	43	0	0,0	---	---	---	---
"	Jordânia	11 1997	80	0	0,0	11 1993	40	2	5
"	Kiribati	07 1994	41	0	0,0	---	---	---	---
"	Kuweit	10 1996	50	0	0,0	---	---	---	---
"	Micronésia (Fed. Estados)	03 1997	14	0	0,0	---	---	---	---
"	Palau	11 1996	16	0	0,0	11 1996	14	1	7,1
"	Tonga	01 1996	30	0	0,0	---	---	---	---
"	Emirados Árabes Unidos	11 1995	40	0	0,0	---	---	---	---
?	Albânia	06 1997	155	?	?	---	---	---	---
?	Bielorrússia	11 1996	110	?	?	11 1996	64	?	?
?	Bolívia	06 1997	130	?	?	06 1997	27	1	3,7
?	Bósnia e Herzegovina	09 1996	42	?	?	09 1996	15	?	?
?	China	10 1997	2978	?	?	---	---	---	---
?	Djibouti	12 1997	65	?	?	---	---	---	---
?	Guiana	12 1997	65	?	?	---	---	---	---
?	Honduras	11 1997	128	?	?	---	---	---	---
?	Democrática Popular do Laos Rep.	12 1997	99	?	?	---	---	---	---
?	Libéria	07 1997	64	?	?	07 1997	26	?	?
?	Líbia	1997 *	760	?	?	---	---	---	---
?	Ilhas Marshall	11 1995	33	?	?	---	---	---	---
?	Nauru	02 1997	18	?	?	---	---	---	---
?	Ilhas Salomão	08 1997	50	?	?	---	---	---	---
?	Vanuatu	11 1995	50	?	?	---	---	---	---
?	Iémen	04 1997	301	?	?	---	---	---	---

Women
in politics

Home
page

Areas
of activity

Functioning
and documents



Mulheres nos parlamentos nacionais

Situação em 31 de outubro de 2012

WORLD
AND REGIONAL
AVERAGES

Os dados da tabela abaixo foi compilada pela [União Inter-Parlamentar](#), com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais até 31 de outubro de 2012. **190 países** são classificados por **ordem decrescente do percentual de mulheres na Câmara baixa ou única**. Os dados comparativos sobre as [médias mundiais e regionais](#), bem como os dados referentes aos dois assembleias parlamentares regionais eleitos por sufrágio directo podem ser encontrados em páginas separadas. Você pode usar o [banco de dados PARLINE](#) para ver os resultados detalhados das eleições parlamentares do país.

REGIONAL
PARLIAMENTARY
ASSEMBLIES

Novo: Agora você pode consultar o nosso [arquivo de dados estatísticos](#) sobre a percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais.

CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL									
Posição	País	Casa baixa ou única				Upper House ou do Senado			
		Eleições	Assentos *	Mulheres	% W	Eleições	Assentos *	Mulheres	% W
1	Ruanda	9 2008	80	45	56,3%	9 2011	26	10	38,5%
2	Andorra	4 2011	28	14	50,0%	---	---	---	---
3	Cuba	1 2008	586	265	45,2%	---	---	---	---
4	Suécia	9 2010	349	156	44,7%	---	---	---	---
5	Seychelles	9 2011	32	14	43,8%	---	---	---	---
6	Senegal	7 2012	150	64	42,7%	---	---	---	---
7	Finlândia	4 2011	200	85	42,5%	---	---	---	---
8	África do Sul ¹	4 2009	400	169	42,3%	4 2009	53	17	32,1%
9	Nicarágua	11 2011	92	37	40,2%	---	---	---	---
10	Islândia	4 2009	63	25	39,7%	---	---	---	---
11	Noruega	9 2009	169	67	39,6%	---	---	---	---
12	Moçambique	10 2009	250	98	39,2%	---	---	---	---
13	Dinamarca	9 2011	179	70	39,1%	---	---	---	---
14	Holanda	9 2012	150	58	38,7%	5 2011	75	27	36,0%
15	Costa Rica	2 2010	57	22	38,6%	---	---	---	---
16	Timor-Leste	7 2012	65	25	38,5%	---	---	---	---
17	Bélgica	6 2010	150	57	38,0%	6 2010	71	29	40,8%
18	Argentina	10 2011	257	96	37,4%	10 2011	72	28	38,9%
19	México	7 2012	500	184	36,8%	7 2012	128	42	32,8%
20	Espanha	11 2011	350	126	36,0%	11 2011	263	88	33,5%
"	República Unida da Tanzânia	10 2010	350	126	36,0%	---	---	---	---
21	Uganda	2 2011	386	135	35,0%	---	---	---	---
22	Angola	8 2012	220	75	34,1%	---	---	---	---
23	Nepal	4 2008	594	197	33,2%	---	---	---	---
24	Alemanha	9 2009	620	204	32,9%	NA	69	19	27,5%
25	Sérvia	5 2012	250	81	32,4%	---	---	---	---
26	Equador	4 2009	124	40	32,3%	---	---	---	---

27	Nova Zelândia	11 2011	121	39	32,2%	---	---	---	---
"	Eslovenia	12 2011	90	29	32,2%	11 2007	40	1	2,5%
28	Argélia	5 2012	462	146	31,6%	12 2009	136	7	5,1%
29	Guiana	11 2011	67	21	31,3%	---	---	---	---
30	A ARJ da Macedónia	6 2011	123	38	30,9%	---	---	---	---
31	Burundi	7 2010	105	32	30,5%	7 2010	41	19	46,3%
32	Portugal	6 2011	230	66	28,7%	---	---	---	---
33	Trinidad e Tobago	5 2010	42	12	28,6%	6 2010	31	8	25,8%
34	Suíça	10 2011	200	57	28,5%	10 2011	46	9	19,6%
35	Áustria	9 2008	183	51	27,9%	NA	61	19	31,1%
36	Etiópia	5 2010	547	152	27,8%	5 2010	135	22	16,3%
37	Afeganistão	9 2010	249	69	27,7%	1 2011	102	28	27,5%
38	França	6 2012	577	155	26,9%	9 2011	347	77	22,2%
39	Tunísia	10 2011	217	58	26,7%	---	---	---	---
40	Bielorrússia	9 2012	109	29	26,6%	8 2012	57	20	35,1%
41	Sudão do Sul	8 2011	332	88	26,5%	8 2011	50	5	10,0%
42	El Salvador	3 2012	84	22	26,2%	---	---	---	---
43	Lesoto	5 2012	120	31	25,8%	6 2012	33	9	27,3%
44	Bolívia	12 2009	130	33	25,4%	12 2009	36	17	47,2%
45	Iraque	3 2010	325	82	25,2%	---	---	---	---
46	República Democrática Popular do Laos	4 2011	132	33	25,0%	---	---	---	---
"	Luxemburgo	6 2009	60	15	25,0%	---	---	---	---
47	Austrália	8 2010	150	37	24,7%	8 2010	76	29	38,2%
"	Canadá	5 2011	308	76	24,7%	NA	103	39	37,9%
48	Sudão	4 2010	354	87	24,6%	5 2010	28	5	17,9%
49	Lituânia	10 2012	139	34	24,5%	---	---	---	---
50	Namíbia	11 2009	78	19	24,4%	11 2010	26	7	26,9%
"	Viet Nam	5 2011	500	122	24,4%	---	---	---	---
51	Cazaquistão	1 2012	107	26	24,3%	8 2011	47	2	4,3%
52	Liechtenstein	2 2009	25	6	24,0%	---	---	---	---
53	Croácia	12 2011	151	36	23,8%	---	---	---	---
54	Polónia	10 2011	460	109	23,7%	10 2011	100	13	13,0%
55	Cingapura	5 2011	98	23	23,5%	---	---	---	---
56	Quirguistão	10 2010	120	28	23,3%	---	---	---	---
57	Látvia	9 2011	100	23	23,0%	---	---	---	---
58	Bulgária	7 2009	240	55	22,9%	---	---	---	---
"	Filipinas	5 2010	284	65	22,9%	5 2010	23	3	13,0%
59	Paquistão	2 2008	342	77	22,5%	3 2012	104	17	16,3%
60	Malavi	5 2009	193	43	22,3%	---	---	---	---
"	Reino Unido	5 2010	650	145	22,3%	NA	827	181	21,9%
61	Mauritânia	11 2006	95	21	22,1%	11 2009	56	8	14,3%
62	República Checa	5 2010	200	44	22,0%	10 2012	81	14	17,3%
"	Eritreia	2 1994	150	33	22,0%	---	---	---	---

"	Uzbequistão	12 2009	150	33	22,0%	1 2010	100	15	15,0%
63	Itália	4 2008	630	136	21,6%	4 2008	321	61	19,0%
64	Peru	4 2011	130	28	21,5%	---	---	---	---
65	Bósnia e Herzegovina	10 2010	42	9	21,4%	6 2011	15	2	13,3%
66	China	3 2008	2978	635	21,3%	---	---	---	---
67	Grécia	6 2012	300	63	21,0%	---	---	---	---
68	Cabo Verde	2 2011	72	15	20,8%	---	---	---	---
"	República Dominicana	5 2010	183	38	20,8%	5 2010	32	3	9,4%
69	Camboja	7 2008	123	25	20,3%	1 2012	61	9	14,8%
70	Israel	2 2009	120	24	20,0%	---	---	---	---
71	Estônia	3 2011	101	20	19,8%	---	---	---	---
"	República da Moldávia	11 2010	101	20	19,8%	---	---	---	---
72	Bangladesh	12 2008	350	69	19,7%	---	---	---	---
73	Honduras	11 2009	128	25	19,5%	---	---	---	---
74	Mônaco	2 2008	21	4	19,0%	---	---	---	---
"	Tajiquistão	2 2010	63	12	19,0%	3 2010	34	5	14,7%
75	Maurício	5 2010	69	13	18,8%	---	---	---	---
76	Indonésia	4 2009	560	104	18,6%	---	---	---	---
77	San Marino	11 2008	60	11	18,3%	---	---	---	---
78	São Tomé e Príncipe	8 2010	55	10	18,2%	---	---	---	---
79	Madagáscar	10 2010	365	64	17,5%	10 2010	164	20	12,2%
"	Emirados Árabes Unidos	9 2011	40	7	17,5%	---	---	---	---
80	São Vicente e Granadinas	12 2010	23	4	17,4%	---	---	---	---
81	Eslováquia	3 2012	150	26	17,3%	---	---	---	---
82	Marrocos	11 2011	395	67	17,0%	10 2009	270	6	2,2%
"	Estados Unidos da América ²	11 2010	430	73	17,0%	11 2010	100	17	17,0%
"	Venezuela	9 2010	165	28	17,0%	---	---	---	---
83	Turcomenistão	12 2008	125	21	16,8%	---	---	---	---
84	Santa Lúcia	11 2011	18	3	16,7%	1 2012	11	2	18,2%
85	Líbia	7 2012	200	33	16,5%	---	---	---	---
86	Azerbaijão	11 2010	125	20	16,0%	---	---	---	---
87	Gabão	12 2011	114	18	15,8%	1 2009	102	18	17,6%
"	Tailândia	7 2011	500	79	15,8%	4 2011	149	23	15,4%
88	Albânia	6 2009	140	22	15,7%	---	---	---	---
"	República da Coreia	4 2012	300	47	15,7%	---	---	---	---
89	República Popular Democrática da Coreia	3 2009	687	107	15,6%	---	---	---	---
90	Burkina Faso	5 2007	111	17	15,3%	---	---	---	---
91	Irlanda	2 2011	166	25	15,1%	4 2011	60	18	30,0%
92	Zimbábue	3 2008	214	32	15,0%	3 2008	99	24	24,2%
93	Chade	2 2011	188	28	14,9%	---	---	---	---
94	Montenegro	10 2012	81	12	14,8%	---	---	---	---
95	Chile	12 2009	120	17	14,2%	12 2009	38	5	13,2%
"	Turquia	6 2011	550	78	14,2%	---	---	---	---

96	Camarões	7 2007	180	25	13,9%	---	---	---	---
97	Djibouti	2 2008	65	9	13,8%	---	---	---	---
"	Somália	8 2012	275	38	13,8%	---	---	---	---
98	Rússia	12 2011	450	61	13,6%	NA	169	8	4,7%
"	Suazilândia	9 2008	66	9	13,6%	10 2008	30	12	40,0%
99	Granada	7 2008	15	2	13,3%	8 2008	13	3	23,1%
"	Guatemala	9 2011	158	21	13,3%	---	---	---	---
"	Níger	1 2011	113	15	13,3%	---	---	---	---
100	Bahamas	5 2012	38	5	13,2%	5 2012	16	4	25,0%
101	Serra Leoa	8 2007	124	16	12,9%	---	---	---	---
102	Jamaica	12 2011	63	8	12,7%	9 2007	21	5	23,8%
"	Mongólia	6 2012	71	9	12,7%	---	---	---	---
103	Central Africano República	1 2011	104	13	12,5%	---	---	---	---
"	Dominica	12 2009	32	4	12,5%	---	---	---	---
"	Paraguai	4 2008	80	10	12,5%	4 2008	45	7	15,6%
104	Colômbia	3 2010	165	20	12,1%	3 2010	100	16	16,0%
"	Uruguai	10 2009	99	12	12,1%	10 2009	31	4	12,9%
105	Geórgia	10 2012	150	18	12,0%	---	---	---	---
"	República Árabe da Síria	5 2012	250	30	12,0%	---	---	---	---
106	Suriname	5 2010	51	6	11,8%	---	---	---	---
107	Zâmbia	9 2011	157	18	11,5%	---	---	---	---
108	Romênia	11 2008	330	37	11,2%	11 2008	136	8	5,9%
109	Togo	10 2007	81	9	11,1%	---	---	---	---
110	Cote d'Ivoire	12 2011	254	28	11,0%	---	---	---	---
"	Índia	4 2009	545	60	11,0%	1 2012	245	26	10,6%
"	Libéria	10 2011	73	8	11,0%	10 2011	30	4	13,3%
111	Jordânia	11 2010	120	13	10,8%	10 2011	60	7	11,7%
112	Armênia	5 2012	131	14	10,7%	---	---	---	---
"	Chipre	5 2011	56	6	10,7%	---	---	---	---
113	Japão	8 2009	479	51	10,6%	7 2010	242	45	18,6%
114	Antígua e Barbuda	3 2009	19	2	10,5%	4 2009	17	5	29,4%
115	Malásia	3 2008	221	23	10,4%	NA	66	15	22,7%
116	Mali	7 2007	147	15	10,2%	---	---	---	---
117	Bahrein	10 2010	40	4	10,0%	11 2010	40	11	27,5%
"	Barbados	1 2008	30	3	10,0%	2 2008	21	7	33,3%
"	Guiné Equatorial	5 2008	100	10	10,0%	---	---	---	---
"	Guiné-Bissau	11 2008	100	10	10,0%	---	---	---	---
118	Quênia	12 2007	224	22	9,8%	---	---	---	---
119	Ucrânia	10 2012	445	42	9,4%	---	---	---	---
120	República Democrática do Congo	11 2011	492	44	8,9%	1 2007	108	5	4,6%
121	Hungria	4 2010	386	34	8,8%	---	---	---	---
122	Kiribati	10 2011	46	4	8,7%	---	---	---	---
"	Malta	3 2008	69	6	8,7%	---	---	---	---

123	Brasil	10 2010	513	44	8,6%	10 2010	81	13	16,0%
124	Butão	3 2008	47	4	8,5%	12 2007	25	6	24,0%
"	Panamá	5 2009	71	6	8,5%	---	---	---	---
125	Benin	4 2011	83	7	8,4%	---	---	---	---
126	Gana	12 2008	230	19	8,3%	---	---	---	---
127	Botswana	10 2009	63	5	7,9%	---	---	---	---
128	Gâmbia	3 2012	53	4	7,5%	---	---	---	---
129	Congo	7 2012	136	10	7,4%	10 2011	72	10	13,9%
130	Nigéria	4 2011	352	24	6,8%	4 2011	109	7	6,4%
131	São Cristóvão e Nevis	1 2010	15	1	6,7%	---	---	---	---
"	Tuvalu	9 2010	15	1	6,7%	---	---	---	---
132	Maldivas	5 2009	77	5	6,5%	---	---	---	---
133	Kuweít	6 2012	63	4	6,3%	---	---	---	---
134	Mianmar	11 2010	431	26	6,0%	11 2010	224	4	1,8%
135	Sri Lanka	4 2010	225	13	5,8%	---	---	---	---
136	Haiti	11 2010	95	4	4,2%	11 2010	30	1	3,3%
137	Samoa	3 2011	49	2	4,1%	---	---	---	---
138	Tonga	11 2010	28	1	3,6%	---	---	---	---
139	Belize	3 2012	32	1	3,1%	3 2012	13	5	38,5%
"	Irã (República Islâmica do)	5 2012	290	9	3,1%	---	---	---	---
"	Líbano	6 2009	128	4	3,1%	---	---	---	---
140	Comores	12 2009	33	1	3,0%	---	---	---	---
"	Ilhas Marshall	11 2011	33	1	3,0%	---	---	---	---
141	Papua Nova Guiné	6 2012	111	3	2,7%	---	---	---	---
142	Egito	11 2011	508	10	2,0%	1 2012	180	5	2,8%
"	Ilhas Salomão	8 2010	50	1	2,0%	---	---	---	---
143	Omã	10 2011	84	1	1,2%	10 2011	83	15	18,1%
144	Iémen	4 2003	301	1	0,3%	4 2001	111	2	1,8%
145	Micronésia (Estados Federados da)	3 2011	14	0	0,0%	---	---	---	---
"	Nauru	6 2010	18	0	0,0%	---	---	---	---
"	Palau	11 2008	16	0	0,0%	11 2008	13	2	15,4%
"	Catar	7 2010	35	0	0,0%	---	---	---	---
"	Arábia Saudita	2 2009	150	0	0,0%	---	---	---	---
"	Vanuatu	10 2012	52	0	0,0%	---	---	---	---

* Os valores correspondem ao número de assentos atualmente preenchido no Parlamento

Libia: Após a revolta popular e de luta prolongada que, eventualmente, deposto o coronel Muammar Kadafi, o general Congresso do Povo - o Parlamento unicameral do extinto Jamahiriya Árabe Líbia - deixou de funcionar. As eleições parlamentares devem ser realizadas em 2012, sob a supervisão do Conselho Nacional de Transição, o governo provisório da nova Líbia.

1 - África do Sul: Os números sobre a distribuição de assentos não incluem os 36 delegados rotativos especiais designados numa base ad hoc, e todas as percentagens são, portanto, calculado com base nos 54 lugares permanentes.

2 - Estados Unidos da América: O total refere-se a todos os membros votantes da Câmara.